UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

O Discurso político do Estado Novo

Miguel Nicácio Oliveira Souza

Dissertação apresentada ao
Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas para obtenção do
título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo, 2008.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

O Discurso político do Estado Novo

Miguel Nicácio Oliveira Souza

Orientador: Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo, 2008.

Aos meus avós: Benedito Nicacio de Almeida e Cândida de Souza Nicacio,
pelo amor gratuito.

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

Agradeço primeiramente a CAPES pela Bolsa de mestrado que me possibilitou dedicação à pesquisa. Também agradeço o carinho dos funcionários do Departamento de Ciência Política da USP, que me acompanham – ou seria “agüentam” - desde a graduação, Márcia, Raí, Ana, Léo e Vivian.

Agradeço a generosidade da banca de qualificação, Dra. Gabriela Oliveira e Dra. Fernanda Lombardi, pela generosidade e orientação paciente, com comentários pertinentes e válidos.

Agradeço aos meus colegas e amigos pelas dicas e observações: Rodrigo Rodrigues, Adla Bourdoukan e Fred Menino amigos diletos desde os tempos de iniciação científica. Fica um abraço para Francesca Cricelli, Lilia Furquim, Humberto Laudares, Hugo Oliveira e Letícia Brasil, pelo incentivo nos muitos momentos difíceis deste mestrado. Um agradecimento especial a Elisa Marciano cujo apoio e carinho foi fundamental durante a graduação e no mestrado.

Em especial gostaria de agradecer ao meu orientador Bernardo Ricupero, pessoa rara, sempre solícita em compartilhar sua experiência e conhecimento.

Bernardo, sempre esteve preocupado com minha formação de uma maneira geral, sendo paciente e generoso. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a minha família Pai – Hamilton, Mãe – Rosânea e irmãos: André e Mariana.

A Annike, por seu sorriso, carinho, cuidado com minhas insônias constantes e meus silêncios “intermináveis”....e seu amor sem medida.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo pesquisar o discurso político produzido pelo Estado Novo, sobretudo pelo seu órgão publicitário mais importante: o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Ligado a isso, realiza-se também uma discussão conceitual sobre o papel das classes trabalhadoras neste momento e seu relacionamento com o Estado, mostrando como elas inicialmente apareceram na literatura como agentes passivos ou “massa”, passando posteriormente a serem vistas como atores conscientes de suas ações. O trabalho realiza igualmente uma análise do discurso estadonovista, no qual se percebe como as imagens correntes do regime e a relação do Estado com a sociedade, foram elaboradas e debatidas por intelectuais ligados diretamente ao governo, numa revista oficial, a *Cultura Política*. Por fim, examina-se como esse discurso se tornava mais palatável, quando o Estado se dirigia diretamente às classes trabalhadoras, como nas festas de Primeiro de Maio.

Palavra-chave: Estado Novo, classes trabalhadoras, populismo e discurso político.

Abstract: The aim of this work is to analyze the political discourse produced by the Brazilian Government during the period known as “Estado Novo”. In particular, the role of DIP (the Department of Press and Propaganda) is investigated in the formulation of this discourse. The dissertation also brings a conceptual discussion about the role of the working classes in this period and their relationship with the State. In sum, the working classes were initially presented in most works as “passive agents” or “masses”, but later passed to be considered as “conscious” actors. Moreover this work analyses the “Estado Novo” discourse, noting how the images of the regime at the period as well as the manner with which the State related to society were elaborated and debated by intellectuals directly connected to the Government in an official magazine, *Cultura Política*. Finally the dissertation points out that the political discourse became more appealing in moments – such as the May First Celebrations – when the State addressed directly to the working classes.

Key-Words: Estado Novo, working classes, populism, political discourse.

Índice

Introdução.....	19
Capítulo 1 – A análise do Pós-30: do populismo ao trabalhismo.....	24
Introdução.....	24
Revolução de 30: principais paradigmas.....	24
Conclusão.....	57
Capítulo 2 - Introdução ao DIP e sua revista <i>Cultura Política</i>.....	59
Revista <i>Cultura Política</i>	60
Um novo tempo.....	75
Conclusão.....	90
Capítulo 3 – O Primeiro de Maio e o Estado Novo.....	92
A Festa e os Jornais na época do Estado Novo.....	94
O Primeiro de Maio.....	95
Conclusão.....	118
Bibliografia	124

Introdução

O tema do populismo volta à cena no debate contemporâneo da América Latina. Governos, como os de Hugo Chávez na Venezuela e de Evo Morales na Bolívia, levam a pecha de populistas e, mesmo, para alguns, o Presidente Lula do Brasil teria esta característica. Mas para um observador mais atento fica sempre uma pergunta: o que é populismo? Como ele surgiu? – E no meu caso: como ele se relaciona com a história política brasileira? Esta dissertação busca responder à questão.

O termo populismo, ao menos no caso brasileiro, não deixou de se associar à maneira pejorativa como os liberais caracterizaram o movimento “queremista” – mobilização a favor da permanência de Vargas no poder já no declínio do Estado Novo em 1945. Para estes liberais, o povo, ou “massa” seria manipulado por Vargas e seus instrumentos de propaganda oficial¹.

O interessante é que da luta política o termo populismo passou para os debates acadêmicos, já aparecendo em Gino Germani, na sua teoria da modernização. Posteriormente, foi usado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, na teoria da dependência. E, finalmente, foi mais bem trabalhado por Francisco Weffort, que influenciou uma série de trabalhos posteriores. Não irei me alongar muito neste debate, ele será mais bem detalhado no cap.1 desta dissertação. Contudo, vale ressaltar que, em termos gerais, nestes trabalhos os setores populares aparecem como um ator passivo.

Mas, a própria teoria marxista sofreu uma revisão interna, com os trabalhos de Antonio Gramsci, E.P. Thompson e Adam Przeworski, levando ao

¹ Jorge FERREIRA(Org). O nome e a coisa In: *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2002.

reexame do papel da classe operária. De maneira geral, ela passa a ser considerada como um sujeito ativo no processo histórico, que possui múltiplas possibilidades de ação. Este tipo de análise enfatiza menos a dependência dos trabalhadores em relação ao Estado e abre caminho para se interpretar o significado de sua ação ao longo da história. Tal perspectiva serviu de munição teórica, para autores, como Edgar De Decca e Ângela de Castro Gomes, atacarem a imprecisão do termo populismo. Ao mesmo tempo, se abandona a associação dos setores populares brasileiros a um comportamento de “massa”.

A revisão bibliográfica, que realizei sobre o populismo no Brasil, teve como norte o trabalho de Francisco Weffort, tanto na escolha dos textos anteriores ao dele, com os quais ele dialoga diretamente, como nos textos posteriores, que, de alguma maneira, continuam a linha de seu trabalho e aqueles que lhe são críticos.

Sob este ponto de vista, a revisão serviu de base para os capítulos seguintes da dissertação, que tentaram entender como era o relacionamento do Estado Novo com a sociedade brasileira, especialmente os trabalhadores. O que se procura entender, neste trabalho, é como se relacionam estes atores e se realmente havia ou não manipulação. O que se percebe é um movimento intelectual e “publicitário” do Estado. No primeiro caso, e principal, tem-se a cooptação e adesão de intelectuais que simpatizam com os ideais autoritários estadonovistas. No segundo, existe também a intenção do Estado Novo de se fazer ouvir, em busca de apoio, pelos diversos setores da sociedade, particularmente a classe trabalhadora.

De maneira geral, essa revisão bibliográfica aponta para um fato: houve, sobretudo a partir do Estado Novo, um novo tipo de relacionamento entre o

Estado e a sociedade, principalmente os trabalhadores. Essa foi uma característica ressaltada por todos esses textos. Mesmo assim, as conclusões levantadas são as mais diversas possíveis. Grosso modo, em parte deles só o Estado é visto como agente ativo, em outros só a sociedade tem esse papel. Os dois extremos são igualmente perigosos, pois supervalorizam atores diferentes, com forças desiguais. Negar a manipulação por parte do Estado ou somente se ater a ela, indica apenas um lado da moeda. A intenção de manipular a sociedade existiu, mas os diversos grupos e classes sociais, especialmente os setores populares, não foram meramente passivos nesse processo.

Assim, os capítulos 2 e 3 procuram examinar como, especialmente no período do Estado Novo, foi reelaborado o discurso sobre a relação entre Estado e trabalhadores no Brasil.

Parte fundamental dessa nova abordagem discursiva passa pela revista *Cultura Política*, discutida no capítulo 2. Significativamente, ela foi um espaço onde tanto intelectuais ligados ao governo, como Almir Andrade, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, e críticos a ele, como Gilberto Freyre e Graciliano Ramos, escreviam. Seus trabalhos tiveram grande peso na imagem do Brasil que o Estado Novo elaborou, onde o trabalho e os trabalhadores passaram a ter um papel fundamental.

Em termos mais concretos, um outro espaço importante para o Estado Novo foram as festas de Primeiro de Maio, que funcionavam como verdadeiras celebrações da nova representação do trabalhador e do trabalho.

Ou seja, havia a clara necessidade da criação de um terreno de elaboração intelectual, que direcionasse os rumos do regime estadonovista, tal

papel tendo sido exercido por *Cultura Política*. A revista funcionava como local apropriado para o debate de idéias de intelectuais que, de alguma forma, criticavam a democracia liberal e o comunismo e se identificavam com formas de governo mais autoritárias. Também nos discurso de Vargas e seus ministros no Primeiro de Maio eram valorizados e enaltecidos o trabalhador que respeitasse a ordem estabelecida, numa mistura de culto à família, à pátria e a Vargas.

Com isso percebe-se a intenção de se buscar a adesão dos setores populares. Mesmo em condições desfavoráveis, outros grupos, como os liberais, os integralistas e os comunistas, tentavam igualmente angariar apoio. Sendo assim, se pode afirmar que havia uma competição por apoio popular.

No cap.3, analisa-se a Festa do Primeiro de Maio, antes e durante o Estado Novo. Percebe-se por meio da cobertura dada pelos jornais à época, como *O Estado de São Paulo* e *O Radical*, contrários ao regime varguista, que até o ano de 1937 os setores da oposição tinham uma relativa liberdade de manifestação na imprensa e, mesmo de associação. Os demais jornais, analisados como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, mantinham, até então, uma relativa distância de certos acontecimentos políticos; enquanto o jornal *A Noite* já era abertamente governista.

Com o Estado Novo e a criação do DIP, houve um processo de controle direto tanto do conteúdo a ser divulgado pelos jornais, como da própria festa de comemoração do Dia do Trabalho. Essa passa a figurar no calendário oficial do regime. Era o momento que ele se aproximava do trabalhador diretamente. Geralmente, Vargas almoçava com eles, se mostrando um igual. Havia uma momentânea quebra da hierarquia social. A cobertura dada pelos jornais era

praticamente a mesma, somente no ano de 1945 cresce o espaço concedido à oposição na imprensa.

Tanto na revista *Cultura Política* como nos discursos oficiais do Primeiro de Maio, o Estado Novo deixa transparecer uma nova forma de se relacionar com a sociedade brasileira, sobretudo com os setores populares. Houve uma valorização do trabalho como atividade, representado como moralmente dignificante, e da própria figura do trabalhador, visto como peça fundamental da sociedade brasileira. O regime estadonovista, durante toda sua existência, fez esforços consideráveis para ter apoio desse estrato social.

O discurso estadonovista visa anular outros discursos. Talvez se possa até perceber aí uma intenção de se manipular a sociedade. Mas, com certeza, os atores sociais e políticos não fizeram algo que não desejavam. Aliás, o verbo manipular atrapalha o pleno entendimento do momento, já que sugere uma sociedade enganada. Nesse sentido, volta-se à pergunta inicial do texto, o que é – ou foi – o populismo? Como se verá populismo é um termo impreciso teoricamente, eivando de preconceitos. Mas ele revela, ao menos, que o Estado, à época, estabeleceu uma maneira particular de se relacionar com a sociedade, em especial, os trabalhadores.

Capítulo 1 – A análise do Pós-30: do populismo ao trabalhismo

A intenção deste capítulo é fazer uma revisão bibliográfica sobre as diferentes abordagens da Revolução de 1930 e do quadro político posterior. Ao longo do texto, tentaremos mostrar como as análises passaram de uma posição de desvalorização da ação política dos setores populares para uma posição de valorização de seu papel nesse processo. Tal movimento esteve bastante ligado a uma releitura de paradigmas marxistas, o que levou à reinterpretação da idéia de manipulação de massas, base do polêmico conceito de populismo².

Revolução de 30: principais paradigmas

Durante algum tempo, os estudos sobre o Estado Novo – ou melhor, Era Vargas como um todo – situavam-se dentro da literatura sobre o populismo. Inicialmente, estes trabalhos, que se enquadravam dentro da chamada teoria da modernização³, tratavam o populismo como um reflexo mecânico e imediato das variáveis socioeconômicas vividas por países de capitalismo tardio. A legitimação de tal sistema de governo não dependeria de fatores de ordem

² O termo “populista” e “populismo” entraram tardiamente no vocabulário político brasileiro, mas tiveram o terreno preparado pela crítica liberal a Getúlio Vargas. Essa crítica ganhou força principalmente depois do movimento “queremista”, sugerindo que o amplo apoio popular do ex-ditador seria produto da manipulação e da propaganda utilizados por ele, pretensamente similares aos do Nazi-fascismo. Sobre isto, ver: Jorge FERREIRA (Org.). O nome e a coisa. In: *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2002.

³ Em um texto curto, José A. Moisés mostra bem os principais argumentos do populismo tratados pela teoria da modernização em autores como G. Germani e Torcuato di Tella. Em síntese, esta teoria concebia o populismo como parte do processo de modernização de países de entrada tardia no capitalismo. Na passagem definitiva de uma sociedade tradicional à moderna, o populismo desapareceria dando lugar para a democracia representativa. José Álvaro MÓISES, *Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina*. FFLCH/USP, 1973. (Mimeo)

política ou simbólica, correspondendo apenas a um momento histórico pelo qual se deveria passar no caminho à democracia representativa e liberal. Grosso modo, os países da América Latina estariam vivendo a transição da sociedade tradicional à moderna.

Dentro dessa linha de pesquisa, Gino Germani⁴ destaca-se como estudioso do desenvolvimento da América Latina. Ele analisou a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna como um processo global de desenvolvimento. No primeiro momento teríamos basicamente um *ethos* social típico das relações formadas no campo, marcadas pelo patriarcalismo e pelo tradicionalismo. No segundo momento, a sociedade moderna tem, nas palavras do autor, como forma de organização política, um Estado cujo regime político é uma democracia liberal, de participação total, num ambiente majoritariamente urbanizado e industrializado. A passagem seria completa quando essas sociedades alcançassem um alto grau de desenvolvimento econômico, modernização social e modernização política, encarados como processos complementares dessa transição.

Nesse sentido, Germani entendeu a estrutura social como um *continuum*, que tem como fim último as democracias avançadas do ocidente. Mas, esse processo de mudança não teria o mesmo ritmo nem a mesma natureza daqueles que levaram a Europa e os Estados Unidos ao desenvolvimento político e econômico. Seriam justamente estes desvios que

⁴ Gino GERMANI, *Política e sociedade numa época de transição*. (Primeira Edição em Castelhana 1968). São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1973. Idem, *Sociologia da Modernização (Primeira Edição em Castelhana 1969)*. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1974. Sob o aspecto metodológico, ambos são muito parecidos. Inclusive no prefácio da Edição brasileira de *Política e Sociedade*, o autor advertiu sobre essa coincidência. Contudo, é no segundo livro que ele tratou mais pormenorizadamente de questões pertinentes ao populismo brasileiro e ao Governo de Getúlio Vargas.

explicariam situações autoritárias na América Latina, como o varguismo e o peronismo – expressões autênticas do populismo.

O populismo seria o produto do esfacelamento da sociedade tradicional e do ingresso no mundo urbano-industrial. Ao contrário do que ocorria na Europa e EUA, tanto no Brasil como na Argentina a migração campo-cidade teria precedido a industrialização, disponibilizando, a partir do início do século XX, um contingente considerável de migrantes nos principais centros urbanos desses dois países. Acresça-se a isso a imigração estrangeira, crescente desde a metade do século XIX até 1930, e teria-se o surgimento da sociedade moderna de “massas”.

O grau de socialização dos imigrantes seria, em geral, diferente dos migrantes rurais; aqueles sendo mais politizados e já tendo tido contato com as ideologias da esquerda européia. No entanto, isso não impediria que os migrantes rurais trouxessem consigo um *habitus* de convivência tradicional, que enfraquecesse as propostas mais radicais dos movimentos esquerdistas e colaboraria para que o movimento operário adquirisse um caráter mais moderado. A migração, num primeiro momento, tiraria o homem do campo, que chegaria à cidade com um comportamento social individualista, aspirando simplesmente a melhorar sua situação social. Posteriormente, a convivência urbana o conscientizaria da necessidade da participação em movimentos de classe que possivelmente se traduziriam em reivindicações por leis sociais.

Por outro lado, Germani entendeu que a facilidade de mobilidade social da época, com a ascensão para a classe média sendo bem menos difícil do que na Europa, enfraqueceria ainda mais o processo de socialização do proletariado. Como decorrência, ele não amadureceria sua consciência de

classe. O proletariado europeu teria, em contraste, permanecido isolado das outras classes no seu processo de constituição, criando uma socialização e solidarização de classe bem mais homogênea. Conseqüentemente, o apelo da esquerda seria maior.

Mesmo assim, num ambiente de fácil ascensão social, seria normal o aumento da pressão por maior participação política. A nova classe média teria pressionado a democracia liberal, de limitada participação, em favor de formas reais de participação política. No entanto, a elite política liberal-oligárquica teria fechado ainda mais o sistema, elevando o grau de insatisfação das classes médias. Além disso, tanto os sindicatos como os partidos políticos de esquerda não teriam sido capazes de atrair significativamente o proletariado. Varguismo e peronismo, por outro lado, teriam conseguido mobilizar, em torno de si, os anseios moderados dessa nova “massa” urbana.

Para Germani, o populismo teria sido menos uma manifestação de líderes carismáticos, do que uma opção política moderada ao gosto dos trabalhadores. Em termos mais profundos, esse tipo de comportamento da classe trabalhadora apareceria como conseqüência do processo de mudança global, que conduziria a América Latina ao mundo das democracias avançadas do Ocidente.

Os golpes militares na América Latina nos anos 1960 e 1970 lançaram uma nova luz neste tipo de análise. As etapas, acima enunciadas, não se cumpriram. O desenvolvimento econômico veio descasado da democracia política, fazendo-se necessárias novas explicações que dessem conta do que ocorria nos países latino-americanos. A teoria da dependência foi uma das teorias que surgiram para explicar as insuficiências de análise da teoria da

modernização e da teoria estruturalista, elaborada, sobretudo, pela Comissão Econômica Para América Latina – CEPAL, órgão subordinado à Organização das Nações Unidas – ONU⁵.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto foram possivelmente os dois mais importantes autores da teoria da dependência. O livro escrito por ambos nos anos 60, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*⁶, influenciou diretamente uma quantidade imensa de estudos sobre o desenvolvimento e sua relação com a política. O populismo apareceu neste livro, e em outros de Cardoso principalmente, como uma forma de dominação que garantiu o desenvolvimento de alguns países latino-americanos no chamado “período de transição”, quando essas sociedades, por volta do início dos anos 30, começaram a sofrer suas mais profundas mudanças socioeconômicas.

Para Cardoso e Faletto, a teoria da dependência foi uma tentativa de entender o subdesenvolvimento sob uma ótica que englobasse a relação entre sociedade, política e economia. Logo no início de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, tece-se inúmeras considerações críticas à chamada teoria da modernização e ao estruturalismo latino-americano, identificado sobretudo com Raul Prebisch⁷.

Cardoso e Faletto questionam a simplicidade analítica que estaria

⁵ Para o estudo da Revolução de 1930 e do populismo, em particular, a teoria da dependência tem uma importância bem particular, pois pode-se dizer que os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto foram extremamente influentes sobre uma linha de estudos sobre o populismo que se iniciou em Francisco Weffort – aqui chamada escola uspiana de estudos sobre o populismo.

⁶ Fernando Henrique CARDOSO e Enzo FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

⁷ Deve-se ressaltar, contudo, que há alguns autores que colocam tanto a teoria estruturalista como a teoria da dependência na mesma comunidade epistêmica, embora não sem ressalvas. De Andrade colocou ambos como economistas-políticos “heterodoxos”. José Carlos Rosinski de ANDRADE, *O estruturalismo de Raúl Prebisch e a dependência na visão de Fernando Henrique Cardoso: uma contribuição à análise comparada*. Dissertação (Mestrado) FFLCH, USP, 2005.

implícita na teoria da modernização. Tal teoria, grosso modo, supunha que o desenvolvimento seria uma estrada já percorrida por nações desenvolvidas, cujo caminho agora seria trilhado por sociedades subdesenvolvidas, ou seja, corresponderia à passagem do que se chamava de sociedades tradicionais à sociedades modernas. O subdesenvolvimento, portanto, era delineado como a falta do desenvolvimento. Caberia às nações subdesenvolvidas buscar caminhos para o desenvolvimento. Ora, segundo os autores, a própria condição de subdesenvolvimento era uma forma de expressão do capitalismo, que admitiria em seu bojo tanto países desenvolvidos como subdesenvolvidos.

A principal crítica à teoria da modernização diz respeito à sua incapacidade em perceber as variáveis políticas inerentes ao processo de desenvolvimento. Para essas teorias, da passagem das sociedades tradicionais às modernas, surgiria, como que automaticamente, a democracia liberal. Para Cardoso e Faletto, ao contrário, o desenvolvimento periférico, não sendo autônomo, teria formas próprias de se expressar politicamente: Assim,

(...) a relação entre desenvolvimento e modernização não se verifica necessariamente, se se supõe que a dominação nas sociedades mais desenvolvidas exclui os grupos tradicionais. Por outro, lado, também pode dar-se o caso de que a sociedade se modernize em suas pautas de consumo, educação etc., sem que correlativamente haja uma menor dependência e um deslocamento do sistema econômico da periferia em relação ao centro⁸.

Já o estruturalismo representaria uma abordagem teórica estratégica enquanto durou o ciclo de desenvolvimento latino-americano, iniciado nos períodos das duas Guerras Mundiais. A política de substituição de importações

⁸ Cardoso e Faletto, *op. cit.*, p.18.

– com a intenção explícita de promover a industrialização nestes países ainda de tradição agrária – teria tido sucesso até meados dos anos 60. Tal modelo – cuja formulação ficou na maioria das vezes a cargo de agências governamentais internas dos diferentes países ou de instituições de desenvolvimento internacional, como a CEPAL – tinha como princípios básicos encontrar um caminho para o desenvolvimento autônomo, com a solidificação de um mercado de consumo interno que desse conta da nova oferta de produtos industrializados. No entanto, esse tipo de política econômica teria encontrado seu limite nos anos 60.

Pode-se dizer que tal situação estimula as formulações de Cardoso e Faletto. Para eles, o estruturalismo, no seu ímpeto de formular uma política econômica abertamente nacionalista, não levou em conta que a reprodução do capital na América Latina se dava em bases internacionais, numa relação entre os chamados países do centro e os países da periferia do capitalismo. A demanda externa dos países centrais teria grande peso sob as fracas economias periféricas. Ela delimitaria os rumos da política interna e do desenvolvimento a serem seguidos por essas sociedades e tendo, portanto, uma influência direta na vida social e política. A miopia estruturalista teria sido não enxergar a teia complexa, onde o desenvolvimento latino-americano estava inserido: o quadro mais amplo do capitalismo internacional, no qual países centrais têm uma força inercial considerável sobre os rumos políticos e econômicos dos países periféricos, impondo certos limites ao desenvolvimento destes.

A partir das críticas à teoria da modernização e ao estruturalismo, Cardoso e Falleto buscaram uma nova forma de interpretação e direção para o

desenvolvimento dos países latino-americanos. Defenderam, em particular, uma análise que levasse em conta o imbricamento causal entre política, economia e classes sociais. Em outras palavras:

(...) considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm o modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, suas força e sua dominação ao conjunto da sociedade⁹.

Isto é, a preocupação de Cardoso e Falleto foi entender como a dominação econômica se manifestava na dominação política, na relação entre as nações do centro e periferia, sem perder de vista a luta de classes, que no limite se encobriria sob o manto da dominação política. Nessa perspectiva, a luta de classes realizada no plano econômico se expressaria na dominação política. Contudo, as decisões políticas se plasmassem, em cada país, num contexto histórico e social bem particular. No âmbito político, portanto, nem sempre o grupo dominante economicamente conseguiria imprimir uma lógica exclusivista na direção dos negócios do Estado. Por vezes, como no caso brasileiro, o grupo dominante teria de dividir o poder político com outros grupos econômicos e mesmo sociais.

A dominação internacional, por sua vez, assumiu especial importância para a teoria da dependência, ao se procurar entender a dinâmica político-econômica da relação contraditória entre as nações centrais e periféricas. As últimas, apesar de serem politicamente nações independentes, ainda sofreriam

⁹ Idem., p. 22.

o peso da dependência econômica diante dos países centrais.

Especificamente no que se refere ao Brasil, o contexto pós-1930, como já foi observado, é entendido em referência ao “período de transição”. Nele teria existido um impulso modernizador, com industrialização e urbanização. Nesse momento, a sociedade agrária começava a se desgastar. Os principais fatores de pressão externos seriam a crise de 1929 e as duas Grandes Guerras, que permitiram à periferia incrementar seu parque produtivo, por meio de uma política de substituição de importações. Esse processo histórico-estrutural teria tido profundos impactos sociais e políticos no modo de vida dos países da América Latina e do Brasil.

O esquema de dominação da República Velha teria encontrado oposição em manifestações de estudantes, militares, “classes médias” e parte de uma descontente oligarquia não-exportadora. O regime chegaria a seu fim graças à própria falta de acordo interno entre os membros da coalizão que o sustentava e a crise econômica que abalou as bases da política oligárquica, devido à desvalorização do seu principal produto, o café.

Com a Revolução de 1930, instaurou-se o governo Vargas, que, de início, teria afastado as elites políticas até então hegemônicas, o que não ocorreu sem oposição, haja vista a Revolução de 1932 em São Paulo. Ou seja, a crise de 1929 teria corroído as bases do antigo poder político, num momento em que a própria oligarquia via o acordo tácito que a sustentava escorrer-lhe pelas mãos. Em outras palavras, teria sido deflagrada uma crise política já há muito anunciada. Além disso, em aspectos mais estruturais, os autores destacam, assim como Germani, que a urbanização teria precedido a industrialização, criando, dessa maneira, um elemento novo e fundamental

para o restante da história brasileira: uma sociedade urbana de “massa”. Ela seria composta de imigrantes e migrantes, sobretudo vindos do campo, sem uma profissão definida. Essa “massa”, sequiosa de melhores condições de vida, dissolveria em seu meio as expectativas de “classe” do proletariado, correspondendo a um todo inorgânico, sem a solidariedade e os anseios específicos e próprios de uma classe.

Por sua vez, a política de Vargas teria criado os fundamentos para o estabelecimento de uma indústria de base e o fortalecimento dos setores médios urbanos. Seu arranjo de poder seria policlassista, chegando a realizar posteriormente alianças com grupos recentemente aliçados do poder. Neste contexto, teriam sido tomadas medidas para fortalecer o mercado interno brasileiro, tendo como resultados a diferenciação econômica, típica do período de expansão para fora, a mobilização social e certo equilíbrio de poder, que permitiria o desenvolvimento industrial e econômico.

De qualquer maneira, o Estado brasileiro teria sido pego desprevenido diante dos anseios de uma sociedade urbana de “massas”. O Estado passaria a ter de dar conta dessa nova demanda social e revestir o impulso industrializador com um apelo *ideológico* aos “interesses do povo”. E mais, a “massa” deveria ser satisfeita até para se evitar perturbações sociais.

O populismo teria aparecido precisamente nesse momento, quando um Estado policlassista necessitava resguardar-se de antemão da insatisfação das “massas”. Para se proteger delas, o Estado se fortaleceria e a figura do líder passaria a coincidir com a do Estado:

A liderança populista pode ser também uma liderança de tipo empresarial e, conseqüência, *o Estado aparece não só como patrão, mas, visto da perspectiva das massas, até como bom patrão*; as reivindicações populares são relativamente débeis ao nível

econômico e, portanto, podem ser atendidas, ao nível político – na medida em que pressionam pelo fortalecimento do Estado – coincidem com os interesses dos grupos que chegaram ao poder sem uma sólida base econômica própria, fator que também os favorece um desenvolvimento de cunho estatal¹⁰.

A teoria do populismo vislumbrou-se claramente na citação acima. Nessa interpretação, pela “perspectiva das massas”, o Estado pode até se identificar como um “bom patrão”. Isso não significa que ele realmente o seja. Cardoso e Falleto sugerem implicitamente que as “massas” poderiam estar incorrendo em equívoco. As “massas” não teriam, além do mais, a real percepção de que este “Estado bom patrão” é a forma encontrada pela burguesia de sedimentar sua dominação de classe.

Na realidade, a manipulação das “massas” serviria para assentar o desenvolvimento industrial iniciado em 1930¹¹. Se, por um lado, a presença dessas “massas” criava um problema a ser resolvido (e absorvido pelo sistema), por outro, ela ficaria completamente fora dos centros de decisão e dominação, a cargo da “burguesia industrial e dos grupos agrários e financeiros tradicionais”. Seu papel neste processo de desenvolvimento seria, portanto, passivo.

Francisco Weffort¹² fez duras críticas à teoria da dependência. Seu principal alvo é o que vê como imprecisão de tal teoria na determinação das

¹⁰ Cardoso e Falleto, *op. cit.*, p. 139. (Grifo nosso).

¹¹ Sobre o papel das “massas” no processo de industrialização iniciado em 1930, Cardoso escreveu, em outro texto, que elas serviram como “massa de manobra” no fortalecimento político do Estado: “Na nova ordem, o Estado, que nunca foi, obviamente, o ponto de encontro neutro de interesses de todos, fortaleceu-se graças ao maior número de cidadãos engajados como ‘*massa de manobra*’ dos interesses políticos, mas continuou a ser controlado nas suas decisões fundamentais pela aliança entre burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que, por sua vez, exprimem a dominação imperialista e o subdesenvolvimento.” Fernando Henrique CARDOSO, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, p. 96. (Grifo nosso).

¹² Francisco C. WEFFORT, *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

relações entre classes e nação no processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina. A contradição vista pelos teóricos da dependência – entre autonomia política dos países periféricos e sua subserviência econômica às nações centrais – não poderia ser explicada somente em termos das relações entre nações, mas muito mais na relação entre classes no âmbito do capitalismo internacional. Seria normal para as classes se apropriarem do Estado-Nação para a satisfação de seus interesses, mesmo que isso significasse uma subserviência ao capitalismo internacional, de tal forma que:

(...) a existência do Estado-Nação, com seus atributos políticos de autonomia e soberania não é razão suficiente para pensarmos que se instaure uma contradição Nação-mercado no país que integra o sistema econômico internacional. Pelo contrário, em dadas condições sociais e políticas internas, que só podem ser resolvidas por uma análise de classe, os grupos que detêm a hegemonia, ou seja, que dão conteúdo à idéia de Nação, podem usar a autonomia política para a integração econômica internacional¹³.”

Para Weffort, a teoria da dependência não se deu conta de que os conceitos de classe e nação não podem estar no mesmo patamar teórico. A dependência externa estaria assentada não no plano das relações entre as nações, mas sim nas relações entre classes. Nessa referência, a teoria do imperialismo de Lênin seria mais útil que a teoria da dependência. Ela explicaria melhor os processos de acumulação no mundo periférico, pois supunha dois pontos importantes: primeiro, a dominação e subordinação econômica passaria pela vontade das classes; segundo, nem sempre o desenvolvimento teria sido gerado numa situação autóctone, ao contrário, muitas vezes os países periféricos poderiam se desenvolver graças a uma

¹³ Francisco C. WEFFORT, *O populismo na política brasileira*, p.173.

relação de dependência econômica e mesmo política com países do centro capitalista.

Por mais que essas críticas sejam duras, é razoável perceber uma forte influência de Cardoso e Falleto na obra de Weffort. Este, na sua análise sobre o populismo brasileiro, também partiu de uma crítica ao tratamento dado pela teoria da modernização ao fenômeno. Ademais, o que na obra de Falleto e Cardoso apareceu como marginal, na obra de Weffort é central, ou seja, o papel das “massas” no desenvolvimento iniciado em 1930. Em outras palavras, o Estado teria permitido às “massas” uma inclusão social em detrimento da política e civil, o que estaria presente em todo o processo político posterior. Mais uma diferença é que o foco da análise concentrou-se no papel das classes nesse momento, e o desenvolvimento econômico passando ao pano de fundo.

Weffort construiu seu argumento dentro da referência bonapartista de Marx¹⁴. Nessa perspectiva, ao longo da II República francesa, a burguesia teria decidido abdicar do comando político, num quadro em que nenhuma classe teria força suficiente para se apropriar exclusivamente do Estado. Abrir-se-ia, então, espaço para o surgimento de um líder como Luis Bonaparte, com forte apoio entre uma classe incapaz de se fazer representar politicamente, o campesinato.

Para Weffort, o populismo coincidiu, além do mais, com um momento histórico específico brasileiro, a superação do passado agrário e o início da modernização do país, que encontraria limites claros com o golpe de 1964.

¹⁴ Karl MARX, *Dezoito de Brumário*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1997.

Weffort não aceitou a visão de que o populismo era apenas a ascensão de líderes com apelo popular ou mesmo um desvio rumo à democracia. O caráter inovador de sua análise à época foi interpretar o populismo a partir de dois níveis, o das determinações estruturais e o das conjunturais (campo da história). As determinações estruturais se circunscrevem nas determinações históricas das relações sociais e das estruturas da formação social. Nesse sentido, o autor propôs a recuperação das situações históricas específicas para se entender o populismo que na América Latina significou, à sua maneira, a inserção e emergência das classes populares na política.

Sua análise é histórica. O ponto de partida é a Revolução de 1930. O Estado Oligárquico teria encontrado seu fim na sua própria organização exclusivista, que deixava de fora da participação das decisões políticas parte considerável de elites rurais, como a gaúcha e a nordestina. A chamada República Café com Leite, fundada por Campos Sales, encontrara seu limite na insistência de Washington Luís em manter o poder nas mãos de um paulista, Julio Prestes, e na insatisfação de setores aliados do poder, como as classes médias e as oligarquias “marginais”. As classes populares, que já faziam alguma pressão por melhores condições de trabalho e vida, teriam sido meros espectadores desse momento histórico.

O Estado Oligárquico seria gerido nas suas principais decisões políticas e econômicas exclusivamente pela elite cafeeira paulista. Já o Estado, fruto da Revolução de 1930, não teria nenhum grupo ou classe como detentor exclusivo do mando político ou econômico. Ao contrário, o Estado de Compromisso, produto irrevogável deste processo, teria sido a expressão de um “vazio de poder” advindo com o fim do equilíbrio oligárquico:

Encontramos, com efeito, uma situação em que nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à

exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado, entendido como um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano¹⁵.

Numa situação dessas, em que o poder encontrava-se em crise de legitimidade, seja por debilidade dos atores, seja pelo novo processo institucional que se engendra, o apelo às “massas” teria passado a ser condição primordial. O Estado de Compromisso seria a expressão política cabal desse processo, que se mostrava na debilidade das classes, em não conseguir apropriar ao Estado para si:

Estamos perante um Estado de compromisso entre interesses diferentes e às vezes contraditórios, onde nenhum grupos dos dominantes tem a capacidade de propor-se, à luz do debate político, como seu eixo de equilíbrio. Nesta obscura e cambiante configuração de poder, tudo poderia parecer, à primeira vista incerto e possível¹⁶.

Além disso, ainda na linha de Germani, este considera que a massificação da sociedade brasileira teria sido antecipada, pois a urbanização precedeu à industrialização. Essa massificação “prematura” teria diminuído a força da solidarização ainda em germe dentro do movimento operário, guiado, sobretudo, pelos imigrantes estrangeiros mais politizados. Assim, o movimento operário perderia empuxo, na abertura do Estado à democracia de massas – social e não política – que cooptaria trabalhadores sem tradição política advindos de ambientes tradicionais como o campo brasileiro.

O apelo às “massas” não teria escapado ao controle dos participantes do Estado de Compromisso. Ou seja, a figura do líder com apelo popular passaria

¹⁵ Weffort, *op. cit.*, p.50.

¹⁶ Idem, *op. cit.*, p.120

a se confundir com a do Estado, o grande árbitro da sociedade. As “massas”, e também outros atores sociais, passariam a ter sua participação tuteladas diretamente pelos órgãos do Estado. Derivaria daí a principal contradição exposta no decorrer do pós-1930: as “massas” não teriam participação ativa no processo político, sendo favorecidas com “benesses” sociais, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que corresponderiam a dádivas concedidas pelo Estado. A contrapartida seria a subordinação dessas “massas” à ordem vigente¹⁷. O populismo é conseqüentemente entendido como relação de passividade, de um lado, e ganho material, do outro.

À época, por seu caráter inovador, a explicação de Weffort inspirou diversos estudos sobre o fenômeno do populismo, como o de Boris Fausto. Nele, o historiador traduziu em termos empíricos o tom mais teórico da análise do cientista político. No entanto, o conceito de Estado de Compromisso continua a ser a base da análise.

A Revolução de 1930¹⁸ não teria a modernização como um objetivo claro para os grupos envolvidos com ela. A rala burguesia industrial estaria aliada a setores conservadores, próximos ao Partido Republicano Paulista. Mesmo setores oposicionistas, como a Aliança Liberal e o Partido Democrático de São Paulo, estariam propensos a um discurso oligárquico de conteúdo conservador. A classe média, por sua vez, dificilmente demarcável na época, teria uma ideologia assentada no cumprimento dos ideais liberais e não na sua substituição. Suas demandas iriam no sentido de moralização da democracia

¹⁷ Contudo, Weffort ateu-se à doação apenas como um dos lados da moeda: “O que passa a contar agora é o cidadão que reivindica o cumprimento da lei, que reivindica ‘seus direitos’ de homem livre na relação de trabalho. E nós podemos perceber que, na relação política, a ‘doação’, e a dependência que ela implica, é apenas um dos lados do problema.” (Francisco C. WEFFORT, *op. cit.*, p. 73).

¹⁸ Boris FAUSTO, *Revolução de 30*, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2003.

liberal da Carta de 1891. Só posteriormente, ela se aproximaria da Aliança Nacional Libertadora – ANL – e da Ação Integralista Brasileira – AIB. Mas até então, sua dependência econômica da elite oligárquica se complementaria na sua dependência ideológica do discurso liberal. O tenentismo, por sua vez, ainda não possuiria ideologia definida, estando também ele próximo do tom moralizante das reivindicações de classe média. No entanto, não se poderia ver o tenentismo como a expressão das aspirações da classe média. Na verdade, a insatisfação da jovem oficialidade estaria ligada diretamente a questões pertinentes ao Exército.

Em todo esse quadro, a modernização apareceu *en passant* no discurso político e só teria vez graças aos clamores dos militares, que tinham a questão siderúrgica como estratégica. Contudo, seria graças ao formato do Estado pós-1930, sobretudo após 1937, que a modernização teria ganho corpo próprio, dentro de uma política do Estado.

Nesse quadro, o próprio Estado de Compromisso assume um conteúdo mais concreto. Até porque Boris Fausto insiste que o processo de fortalecimento do Estado estava caminhando passo a passo com o das Forças Armadas¹⁹, à semelhança do bonapartismo marxista, que se assentava nas baionetas. Se o Estado de Compromisso teria sua existência garantida pelas Forças Armadas, sobretudo após o levante paulista de 1932, esta também lhe conferiu o ideário modernizador. A burguesia industrial participaria desse

¹⁹ Boris Fausto entendeu bem que a legitimação do Estado pós-1930 dependia diretamente das Forças Armadas como contraponto às Guardas Nacionais e às Polícias Militares Estaduais. O desmantelamento dessas e a tutela das PMs ao Estado Maior teriam sido fundamentais para selar de vez a dominação varguista. Além disso, o papel ideológico e político dos militares no Estado Novo deve ser levado em conta. A importância dos “interventores moderados”, liderados pelo Gen. Góes Monteiro, foi fundamental no trato da questão da industrialização, sobretudo na questão siderúrgica, demanda antiga do Exército. José Murilo CARVALHO, *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2005; e Frank MCCANN, *Soldados da Pátria*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2007.

processo como mera espectadora. Muito embora em alguns momentos seus líderes ocupassem cargos técnicos importantes na administração do Estado e ela fosse beneficiada por políticas públicas.

Este ponto é importante para a análise de Boris Fausto: a industrialização sendo produto da ideologia militar e da tecnocracia estatal. A industrialização passaria a ser consequência, não esperada, de um Estado acima das classes de verniz bonapartista.

Luis Werneck Vianna critica essa perspectiva:

A tese do “compromisso” na forma enunciada acima, embora sustente em teoria a autonomização política do Estado, nega-a no plano empírico. Para seus defensores, o Estado entre 30 e 37, na verdade não passaria de um comitê político expressivo de interesses heterogêneos da facção burguesa agrária, cortando apenas os laços de representação formal desse setor com as lideranças constituídas no poder estatal²⁰.

Para Vianna, no seu livro *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, tanto Fausto como Weffort não teriam percebido que anteriormente a burguesia industrial teria fracassado no seu projeto hegemônico liberal-fordista. Desse modo, ela

²⁰ Luis Werneck VIANNA, *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte, Ed: UFMG, 1999, p.151.

O trabalho de Werneck Vianna já aponta para uma outra linha de análise do pós-1930, diferente das precedentes. Numa entrevista, em julho de 2004, o autor chega a afirmar, com certa ironia, sua distância do pensamento de Weffort: “meu método de elaboração da tese era simples: bastava colocá-los em negativa (Weffort, Maria Hermínia e José Álvaro Móisés) que o trabalho rendia.” A sua tese, *Liberalismo e Sindicato*, de 1976, já rompia à época com a idéia da Revolução de 30 como um marco único. A questão dos direitos sociais já teria aparecido nas reivindicações dos movimentos sociais pré-30, como nas determinações da Organização Internacional do Trabalho em 1919. Em segundo lugar, este autor não trabalha com a idéia de “vazio de poder”. Ao contrário, a Revolução de 30 teve um caráter modernizador, ditado por uma elite agrária “marginal”. Contudo, Werneck Vianna ainda usou da noção de classe trabalhadora manipulada pela doação de direitos sociais do Estado, que tinha o intuito claro de prover a modernização, num ambiente de relativa paz social. Esta entrevista encontra-se em Elide Rugai BASTOS; Fernando ABRUCIO; Maria Rita LOUREIRO; José Marcio REGO (Orgs.). *Conversas com Sociólogos Brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 2006, p. 161-183.

teria aquiescido, não sem resistência, à intervenção do Estado no mercado de trabalho, abandonando o modelo de contratos liberais. A nova forma previa um domínio direto do Estado em relação aos sindicatos e trabalhadores e a doação de uma legislação trabalhista. O Estado formado em 1930 não seria, entretanto, de Compromisso e sim, Corporativo, fruto de uma “revolução pelo alto”, tendo a direção de uma oligarquia não-exportadora, com um projeto de modernização para o país.

O Estado Corporativo teria sido o resultado da “via prussiana”, ou seja, de uma revolução “pelo alto”, dito anteriormente. A referência principal aí é Lênin²¹, que entende esse processo como de modernização, conduzido por uma elite agrária, na qual o latifúndio feudal fora transformado em empresa agrícola, com técnicas burguesas de exploração, causando uma migração do campo para a cidade, disponibilizando à indústria uma de mão-de-obra em massa. Portanto, para Lênin a distribuição de terras aos camponeses russos, como queriam os socialistas e os *narodniks*, não seria a condição fundamental e única para a modernização do campo e mesmo da Rússia.

De igual modo no Brasil, nossa Revolução “pelo alto” não previa a distribuição de terras, até por que fora conduzida por uma oligarquia agrária dissidente e setores médios emergentes, correspondendo ao campo o limite da revolução. Sua mais interessante peculiaridade estaria no fato de a oligarquia mais desenvolvida – agroexportadora – ter ficado de lado do processo e perdido o comando político do Estado. Setores da burguesia industrial, por sua vez, não teriam percebido que o liberalismo político e econômico não tinha condições de ser hegemônico num país com a configuração agrária brasileira.

²¹ Lênin, V. I. *Programa agrário*, Goiânia, Ed. Alternativa, p. 24-28.

A nova elite política teria de redefinir o papel do Estado, removendo o liberalismo por um corporativismo com intuito modernizador.

Ao remover o Estado Liberal, a coligação aliancista cria as bases para promover 'de cima' o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes, em moldes especificamente burgueses. O caráter excludente do sistema político é dissimulado na fórmula corporativa, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado²².

O novo Estado Corporativo, diferentemente do Estado Oligárquico, deveria prover acesso às demandas de setores sociais díspares. O liberalismo político não seria o meio mais eficiente para tanto. A nova orientação econômica controlaria de alguma maneira o capital e manteria a estrutura de classe intacta. A nação passaria a ser identificada com o Estado e, conseqüentemente, com seu líder. O papel desse Estado seria controlar diretamente as massas por meio de suas corporações e garantir a industrialização.

Embora haja diferenças consideráveis nessas interpretações, todas elas, de Germani em diante, giram em torno do processo de inclusão social e político das massas brasileiras, iniciado nos anos de 1930. A vantagem desse tipo de explicação foi enquadrar o período dentro de uma moldura clara, onde são destacados certos fenômenos: a transição para uma sociedade urbana, o aparecimento das "massas" no cenário político e a ação de líderes com forte apelo popular. As "massas", por serem vistas como ainda inexperientes no jogo político, diluíram a consciência de classe do proletariado, aceitando ser conduzidas pelo Estado.

²² Werneck Vianna, *op. cit.* p. 171.

Para Emir Sader e Maria Célia Paoli²³, o conceito de massa e sua relação subserviente com o Estado possuem uma origem anterior à própria Teoria da Modernização. Autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alberto Torres teriam uma visão depreciativa do povo brasileiro. Grosso Modo, para eles este povo era racialmente e socialmente heterogêneo, o que seria um impedimento para a formação e expressão de uma nação ordenada. No seu lugar haveria uma massa amorfa e desunida. Tanto o comunismo como o anarquismo, ainda na Primeira República, também partilhavam desse mesmo tipo de perspectiva.

Essa visão depreciativa do povo brasileiro sofreria algumas mudanças, mas perduraria na Teoria da Modernização e na Teoria da Dependência. A ruptura teria sido feita pela geração do pós-1968, sendo Francisco Weffort seu iniciador. É justamente nesse ponto que as coisas começam a se complicar. Pois, para Pierre-André Taguieff, o “*‘populismo’ caracterizado pelo sociólogo paulista ‘permitió la coexistência de la protesta y la manipulacion’²⁴*”. Mas ambos eram parte do próprio movimento populista, que detinha o controle da massa nas mãos do Estado. Assim, colocar Weffort ao lado de autores como Edgar de Decca, como se verá adiante, não faz muito sentido, pois o primeiro tem como categoria analítica classes populares vencidas, o que é externo à sua referência à classe.

Weffort se situa melhor ao lado de autores que desejaram, de alguma maneira, explicar o comportamento das “massas” por uma situação de escassez, considerando também que elas impediriam o desenvolvimento do

²³ Emir SADER e Maria Célia PAOLI, *Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro* (Notas sobre a leitura de acontecimentos recentes) em Ruth CARDOSO (Org.), *A aventura antropológica*, Ed. Paz e Terra, 2004.

²⁴ Pierre-Andre Taguieff, *Las ciencias políticas frente ao populismo: de um espejismo conceptual a um problema real* em *Populismo Pos Moderno*, Telos, 1996, p. 56.

proletariado como “classe para si”. Em outras palavras, não se conseguiria ir além da situação de “massas”, desenvolvendo-se plenamente uma classe trabalhadora.

É possível até que, ironicamente, a crítica à teoria da modernização – que foi uma importante inspiração à boa parte desses autores até aqui discutidos – conduziu-os a erros similares, já que continuaram a tratar o populismo como desvio, porém a partir de outras referências, no caso, marxistas. Isto é, o caminho a ser percorrido rumo à representação das classes, similar ao existente na Europa teria sido desviado por um processo precoce de massificação da sociedade.

Esse tipo de análise, que associou a legitimidade do Estado à manipulação das “massas”, subsistiu, de várias maneiras, nas interpretações sobre 1930. Para Jorge Ferreira²⁵, essas interpretações estariam presas ao horizonte histórico imposto pelo Golpe de 1964. Com a derrota da esquerda e de setores populares, foi necessário explicar o comportamento das “massas” e seu papel no enfraquecimento do proletariado, que bloquearia o caminho rumo a uma suposta revolução socialista. Contudo, tais análises não explicam o porquê de as “massas” terem aderido ao discurso populista, simplesmente colocando-as numa posição de passividade.

Weffort²⁶ teria identificado o populismo com o tripé “repressão, manipulação e satisfação”. Supõe-se, portanto, certo nível de troca e algum grau de atuação das massas no cenário político. Contudo, a geração seguinte

²⁵ Jorge Ferreira faz uma periodização interessante do contexto intelectual brasileiro, no qual surgiu o populismo. Jorge FERREIRA, Op. cit., p. 64-82.

²⁶ Jorge Ferreira defende que a influência de Weffort ainda manteve-se forte sobre a geração posterior de estudos sobre o populismo, porém agora com os aspectos da “manipulação” mais ressaltados, sem ao menos dar espaço para a “satisfação” dos trabalhadores. Jorge FERREIRA, ibidem, p. 82 e 97.

de estudos sobre o populismo teria acentuado ainda mais os aspectos manipulativos e repressivos do Estado Novo, chegando a dar-lhe um verniz totalitário.

Alcir Lenharo²⁷, por exemplo, sugeriu certa afinidade entre as experiências totalitárias européias e a brasileira, apesar de admitir que fascismo, stalinismo, nazismos e estadonovismo possuiriam gramáticas próprias. Tais experiências teriam tido como objetivo resolver, de forma “pacífica”, os problemas sociais por meio do apaziguamento de conflitos e o congelamento de focos de tensão social. Lenharo continua, entretanto, a fazer uso da categoria de Estado Corporativo, cuja razão de ser estaria na dominação das massas por meio de sua despolitização.

A idéia do Estado representando a Nação apareceria como um liame que uniria todo o povo brasileiro, acima dos supostos artificialismos dos partidos políticos do período oligárquico. Na retórica da época, esse seria o fundamento de uma verdadeira democracia social e não apenas política. A nação e o Estado apareceriam como um todo, representando uma ordem “forte e definitiva” perfeitamente assentada na “ordem sobrenatural”: “seja através de uma religiosidade criada, seja a realidade milenar do cristianismo, a ordem totalitária não abre mão da ordem sobrenatural²⁸.” A gênese emotivo-católica do povo brasileiro teria fornecido a base para essa experiência de sacralização da política, que a colocaria como algo distante, a ser reverenciado.

A análise de Lenharo se afastou, portanto, da noção de populismo, mas manteve, até acentuando, seus principais pressupostos: a manipulação e a repressão. A “massa” continuava a ser entendida como condicionada por

²⁷ Alcir LENHARO, *Sacralização da política*. Campinas, Ed. Paripus – Ed.Unicamp, 1986.

²⁸ Idem, p. 203.

líderes com forte apelo popular. O Estado, aparentemente acima das classes, continuaria a ser a expressão da dominação burguesa, prestando-se pouca atenção para as manifestações de resistência que partiriam da sociedade. Mas apesar de também considerar o Estado varguista como corporativo, o foco do livro é o imaginário, pretensamente manipulador, produzido pelo Estado Novo.

A interpretação de Robert Levine²⁹ é mais difícil de enquadrar na segunda geração de estudos sobre o populismo. Na verdade, ela está mais próxima da análise de Werneck Vianna, apesar de o autor recorrer a outras fontes, como o estudo dos costumes e hábitos da vida da época, bem como das formas “práticas” assumidas pela “manipulação” estadonovista, com o DIP e o Ministério da Educação. Em Levine também se percebe, *en passant*, a interpretação de 1930 como uma Revolução “passiva” e a identificação de Vargas como um grande manipulador. No caso da legislação social, ela seria mais propaganda do que fato concreto.

Levine continua inclusive a entender a era Vargas na referência ao populismo, apesar de o fazer em novas bases. Até em razão de sua origem nacional, faz questão de diferenciar o populismo à americana do latino-americano, destacando que a manifestação estadunidense, com seu Partido do Povo, teria disseminado, no início do século XX, racismo e conservadorismo nos rincões rurais do Sul e meio-oeste do país. Já Vargas é incluído no rol de ditadores latino-americanos dos anos de 1930. Grosso modo, todos teriam em comum o apelo às “massas” urbanas, a criação de um Estado Corporativo e o uso da coerção física e ideológica para controlar os trabalhadores.

²⁹ Robert LEVINE, *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2001.

Complicando o quadro, o autor também identifica o movimento tenentista e seus pretensos desdobramentos, a AIB e a ANL, como populistas. Ou seja, o conceito se alarga, perdendo sua referência original, a análise de Weffort. Há, além do mais, quase um consenso de que o tenentismo foi um movimento com pouca participação das “massas”. Segundo Levine, Vargas, por sua vez, teria conhecido “diversos” populismos ao longo de sua carreira, tornado-se um autêntico populista apenas de 1940 em diante.

No entanto, Levine mostra bem o desajuste entre o discurso político de Vargas e suas práticas. A ideologia do Estado aparece não só como categoria da dominação, como em Weffort, mas também procura analisar os discursos de Vargas e a política do DIP.

Edgar De Decca, por sua vez, em *1930: Silêncio dos Vencidos*³⁰, usando algumas das mesmas referências marxistas de Weffort, faz uma crítica contundente a esse tipo de abordagem. Sua principal inspiração é não dar prioridade na análise ao papel do Estado e da elite dirigente, mas prestar atenção à ação do proletariado e da burguesia industrial no contexto imediatamente anterior à Revolução de 1930.

Segundo as palavras do próprio autor, essa obra foi escrita sob a inspiração de Caetano Veloso e do livro *Humanismo e Terror* de Merleau-Porty, “no qual interpela a dialética perguntando se a revolução vai paralisá-la, porque de certo modo a revolução pode anular o movimento da história³¹”.

Nele, de alguma maneira, De Decca passou a questionar se a Revolução de 30 não teria criado um tempo eterno, enquanto marco historiográfico, engessando as interpretações correntes sobre o assunto. Elas,

³⁰ Edgar DE DECCA, *1930: O Silêncio dos vencidos*, Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994.

³¹ José Geraldo Vinci de MORAES; José Márcio REGO (Orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo, Ed. 34, p. 276.

em sua maioria, teriam sido construídas sob a ótica do perdedor das revoluções de esquerda dos anos 1960, que necessitavam encontrar respostas para sua derrota presente em fatos do passado³².

Para De Decca, o sentido profundo da revolução de 1930 estaria encoberto pelas imagens elaboradas pelos vencedores e pelas representações da esquerda dos anos de 1960 e 1970. Nessa referência, todo um conjunto de ações relevantes do proletariado e mesmo da burguesia industrial teria sido relegado ao limbo da história. De acordo com o autor, proletariado e burguesia industrial, pólos antagônicos na luta de classe, teriam sido representados como presas do poder praticamente sem limites de um Estado colocado acima da sociedade.

Mesmo que inadvertidamente, a intelectualidade de esquerda faria com que seu arsenal teórico passasse a fazer parte de uma ideologia dos dominantes, que relegava os dominados a uma posição depreciativa, como “massa” controlada pelo populismo. O proletariado não seria visto como agente histórico e sua produção histórica não seria levada em conta.

Nesse sentido, o discurso da classe dominante teria sido incorporado à historiográfica marxista, ambos entendendo o proletariado como um não-agente histórico, um vencido. A crítica de De Decca insiste que as interpretações na linha *bonapartista*, do Estado de Compromisso de Weffort e de Revolução “pelo Alto”, de Werneck Vianna, ressaltariam o papel do Estado no período, dando pouca atenção aos vencidos:

³² O texto de De Decca foi escrito no contexto da reabertura política, indicando o fim da ditadura militar no Brasil e a revalorização e mesmo ressurgimento dos movimentos sociais, sendo que a criação do Partido dos Trabalhadores foi um dos marcos deste momento. Sobre isso ver: José Geraldo Vinci de MORAES; José Márcio REGO (Orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 263-289.

(...) conceitos como a crise de hegemonia, vazio de poder, ou estado de compromisso passaram a participar do campo imaginário de 1930 e ninguém se lembrou de perguntar a respeito dos compromissos do Estado na produção da memória histórica como momento decisivo do seu exercício de dominação³³.

A essa história das classes dominantes, De Decca procurou compensar com o estabelecimento de um novo marco teórico, que levasse em conta as experiências dos vencidos, permitindo que falassem. O historiador teria a função de criar um discurso que preenchesse os espaços vazios do discurso ideológico, chegando mesmo a destruí-lo:

(...) a função da teoria nesse caso é precisa: preencher os espaços deixados em branco por esse objeto lacunar “Revolução de 1930” e, para isso, interpõem-se um discurso pleno, capaz de reconhecer num “fato histórico” tanto a revolução burguesa, como a industrialização e o Estado Autoritário.³⁴.

A própria produção intelectual dos anos de 1960 foi considerada parte de uma produção ideológica que obscureceria a história pelo viés dos vencidos. Ela não teria, portanto, buscado os fundamentos ideológicos de conceitos como populismo, revolução burguesa e Revolução de 1930. Na verdade, essas categorias, ao serem tratadas como “fatos históricos”, ocultariam a ação dos dominados. Em outras palavras, mesmo que críticos, tais conceitos fariam parte do discurso de poder dos vencedores, datando dos anos 1960 sua incorporação ao discurso marxista.

³³ Edgar DE DECCA, *1930: O Silêncio dos vencidos*, p. 26.

³⁴ Idem, p. 49.

Para desmontar o discurso, seria imperativo repensar a relação entre sujeito e objeto. O historiador deveria sair da sua posição de porta-voz da classe operária e deixá-la ter sua própria voz. Conseqüentemente, isso exigiria uma nova maneira não só de tratar os objetos, como de selecioná-los. Grosso modo, as análises precedentes colocariam um peso muito grande no papel do Estado e da classe dominante:

(...) anular a oposição entre a sociedade política e sociedade civil posta pelo liberalismo exige, portanto, uma redefinição do próprio conceito de Estado – não confundido este como a esfera das regulamentações que são exigidas pela sociedade civil. Concebê-lo como atividade teórica e prática de uma classe de domínio da sociedade supõe, então, superar a idéia de que a sociedade civil seja exclusivamente a esfera do mercado de bens materiais e entendê-la como esfera privilegiada da produção de valores – fundamentais para a reprodução do poder –, como um conjunto de agências e instituições capazes de garantir a coesão social para o exercício do poder político³⁵.”

Em termos mais concretos, tanto o proletariado, representado pelo Bloco Operário Camponês (BOC), como a burguesia industrial teriam elaborado um projeto de revolução democrático burguesa. Muito resumidamente, o BOC teria como propostas centrais: a liquidação do latifúndio, sua partilha entre os camponeses e a industrialização do país. Já a burguesia não defenderia o fim do latifúndio, dada sua ligação com esse setor, mas seria favorável a um rápido processo de industrialização, garantido por protecionismos estatais.

Com base nessas referências, percebe-se que a intenção De Decca foi dar um novo sentido para a revolução democrático-burguesa no Brasil, destacando a importância do proletariado, identificado com o BOC. Mesmo

³⁵ Ibidem, p. 139.

assim, admite que o BOC não teria conseguido ter grande expressão eleitoral, o que é explicado pela repressão por parte da burguesia industrial e devido ao próprio caráter do movimento operário da época, em que havia considerável influência anarco-sindicalista e anarquista.

De Decca não se preocupa, porém, em explicar o porquê da Revolução de 1930. Simplesmente assinala a imprecisão de termos como “massa”, populismo e manipulação, categorias, segundo ele, que servem, mesmo inadvertidamente, para legitimar o discurso da ordem e calar as vozes dos vencidos.

Essa tentativa de se relativizar o papel do Estado e da classe dirigente e, sobretudo, de dar mais importância à atuação do proletariado e dos setores “subalternos”, nasceu, como já foi dito, de um movimento de releitura do marxismo. Nele, foi fundamental o abandono paulatino de categorias como “manipulação” ou “desvios” de classe, que sugeririam que o proletariado da América Latina deveria seguir o mesmo caminho que o da Europa.

A partir dos anos de 1980, apareceu ainda outra linha de crítica à teoria do populismo. Com alguma semelhança com De Decca, dois foram os principais focos dos críticos: a imprecisão do conceito de populismo e a idéia de manipulação das massas³⁶. De maneira complementar, a Revolução de 1930 passou a ser questionada como um corte abrupto na história do movimento operário. Tais questionamentos vinham acompanhados, mais uma vez, de novas leituras marxistas, principalmente do historiador inglês E. P. Thompson.

Jorge Ferreira sintetizou bem o que significou a influência de Thompson:

³⁶ Essa discussão foi bem mostrada no prefácio do livro de Jorge FERREIRA, *O Imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2005.

(...) por fim, uma verdadeira advertência bastante contundente do historiador inglês (Thompson). Trata-se do perigo de focar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir de cima, dando ao aparato estatal, ou às classes dominantes, um poder desmedido³⁷.

O Estado não poderia ser encarado como uma entidade com um poder descomunal pairando acima da sociedade. Em outras palavras, a ação do proletariado deveria ser considerada como legítima e relativizada, tendo em conta suas possibilidades de intervenção em contextos determinados.

Marco do novo tipo de análise foi o livro *A invenção do Trabalhismo*³⁸, de Ângela de Castro Gomes, de 1988. Nele, a autora insiste na pluralidade do discurso operário pré-1930. O mais importante aí seria a disputa no nível do discurso e da adesão política sobre quem seria o porta-voz e liderança do movimento operário, o que se traduziria em termos da “palavra operária”. Grupos diversos como anarquistas, correntes comunistas e mesmo católicas se enfrentariam para conquistar a liderança do movimento operário. Demandas sociais, como as leis trabalhistas, já fariam parte do discurso corrente desses grupos, não correspondendo a uma invenção do trabalhismo varguista.

No início da era Vargas, o conjunto do movimento operário teria perdido grande parte de seu poder de mobilização devido à criação do Ministério do Trabalho. Por meio da política sindical e trabalhista ele teria conseguido, não sem resistência, conquistar a posse da “palavra operária”.

³⁷ Jorge FERREIRA (Org.). O nome e a coisa. In: *O Populismo e sua história: debate e crítica*, p. 104.

³⁸ Este livro foi a tese de doutorado defendida pela autora em 1987. Ângela de Castro GOMES, *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.

Entretanto, a autora tem o cuidado de mostrar que em nenhum momento o operariado teria se comportado como uma força passiva diante do poder público. Estado e trabalhadores seriam atores ativos, embora com força desigual, num processo de negociação que teria o efeito de redefinir o conteúdo e a forma da intervenção do Estado no mercado de trabalho.

Sob essa perspectiva, Ângela Gomes questionou particularmente a literatura de 1930, que entendia este momento somente por uma lógica material e utilitarista simples: doação de direitos sociais e submissão automática da classe trabalhadora ao Estado. Sobre isso, afirma:

Tal raciocínio tem nele embutidos dois pontos significativos. O Estado do pós-30, por meio de sua legislação social do trabalho, é caracterizado como um produtor de benefícios materiais, de bens de valor nitidamente utilitários. Por outro lado, a classe trabalhadora, ao trocar legislação social por obediência política, estaria realizando um cálculo de custos e benefícios cuja lógica é puramente material e individual³⁹.

Para a autora, porém, as explicações calcadas puramente em ganhos e perdas materiais seriam insuficientes para explicar a mobilização dos trabalhadores iniciada em 1930 – sem contar que parte significativa da classe trabalhadora resistiu às imposições do Ministério do Trabalho.

Ângela Gomes entendeu a mobilização social a partir de um modelo que supõe uma dupla lógica para a adesão dos trabalhadores⁴⁰: uma lógica

³⁹ Ângela de Castro GOMES, *A Invenção do trabalhismo*, p. 179.

⁴⁰ A autora fez uma rica revisão da literatura sobre a chamada “ação coletiva”. Sua intenção foi questionar abertamente toda uma linha marxista, que entenderia a mobilização social puramente em termos de incentivos materiais, dentro de uma lógica utilitarista. Grosso modo, para ela, a mobilização dos trabalhadores em 1930 deve ser explicada em termos dos pressupostos de Marshall Sahlins, que estabeleceu que a ação humana se fundamentaria “por uma lógica prática, objetiva e material” e por uma lógica “simbólica, subjetiva”. Se, por um lado, estaria presente o incentivo material, por exemplo, as leis trabalhistas, de outro, também

material, que explicaria o apoio dos trabalhadores ao regime graças à concessão de direitos trabalhistas, e uma lógica simbólica, que incidiria sobre a formação e mobilização de identidades.

Para entender o discurso do Estado no plano simbólico, a autora mobilizou categorias antropológicas, particularmente as utilizadas por Marcel Mauss, em *Ensaio sobre a Dádiva*, e de uma releitura desse mesmo texto feita por Sahlins. Tendo isso em vista, ela considera que a relação social entre Estado e classe trabalhadora teria sido construída na doação de bens sociais e na construção do discurso que a legitima no plano simbólico. Em ambos, subsistiria uma lógica de reciprocidade entre Estado/Líder e trabalhadores. Por essa visão, os trabalhadores não foram manipulados facilmente pelo Ministério do Trabalho, ao contrário, aceitaram racionalmente muitas das suas propostas.

Grosso modo, o Estado teria construído um tipo peculiar de discurso de outorga, transformando a nação e seu líder em Pai. Com o apelo familiar, tentava-se mascarar o caráter utilitário da troca, apresentando-a como uma doação entre “parentes”, na qual as relações afetivas têm primazia sobre as materiais. Nessa reciprocidade familiar, os bens são doados voluntariamente sem que haja a solicitação do beneficiário. A contra-obrigação escaparia, assim, do plano material, sendo os valores familiares – como respeito e obediência – as verdadeiras e esperadas formas de retribuição.

Por outro lado, esse discurso também ressaltaria a hierarquia distante entre o líder e o povo. Com isso, o Estado conseguiria cristalizar, na relação entre as partes, a relevância do gesto de uma pessoa socialmente “superior” se preocupar com os mais “humildes”, gerando um tipo de gratidão especial:

apareceriam formas de convencimento, baseadas em convencimento “ideológico”. Gomes, *Op. cit.*, p. 17-31.

A lógica da reciprocidade generalizada, da dádiva de Marcel Mauss, pode ser pensada como um mecanismo criador de seus seguidores e da lealdade que une estes dois tempos. O processo de ascensão política e social de uma liderança e da identidade social do grupo de seus seguidores é, desta forma, marcado por uma 'calculada generosidade'. A sociedade onde tal processo tem vigência é caracterizada pelo desequilíbrio econômico e necessita de fluxos materiais unidirecionais⁴¹.

Com base nessa citação, percebe-se que a autora tentou demarcar o tom quase mítico desse discurso político, que tenta se impor como algo novo no processo histórico brasileiro.

Por outro lado, como foi dito, procura-se também resgatar a importância da ação da classe trabalhadora. Os trabalhadores se constituíam, portanto, como agentes históricos, agindo dentro das possibilidades que possuíam:

Portanto, a idéia era investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo-lhe, durante todos os 'tempos', um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades. A abordagem se recusa a atribuir aos trabalhadores um posição política passiva, não importando se mais ou menos completa. Aqui, residia a grande dificuldade, teórica e histórica, de utilização do conceito de populismo, que, como foi visto, remetia à idéia de manipulação, ainda que se reconhecessem todas as suas ambigüidades⁴²."

Ângela Gomes entende, nessa referência e em termos mais amplos, o Estado Novo como um momento em que se redefiniu as fronteiras entre o público e privado, articuladas com a criação de um imaginário político

⁴¹ Idem, p. 182.

⁴² Ângela de Castro GOMES, O Populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Jorge FERREIRA (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2002, p. 46.

nacional.⁴³ A criação de direitos sociais e trabalhistas teria sido a maior expressão desse novo quadro.

Houve, nos últimos anos, uma releitura do populismo e da Revolução de 1930. O primeiro passou a ser visto como conceito fluído com laivos que denunciam certo preconceito intelectual contra líderes de forte apelo popular e contra os caminhos políticos trilhados pela classe trabalhadora. Já em relação à Revolução de 1930 e ao Estado Novo, se relativiza seu caráter de ruptura, assinalando que muitas das mudanças identificadas já estariam, grosso modo, em curso anteriormente.

Nesse sentido, De Decca e Ângela Gomes destacaram uma movimentação social ativa, tanto do proletariado como da burguesia industrial. Contudo, fica a pergunta: era necessária a institucionalização de formas de legitimação de poder, como as iniciadas em 1930, pela Era Vargas? Até que ponto elas foram inovadoras? Se o “populismo” passou a ser encarado negativamente, principalmente devido à sua visão das classes trabalhadoras como objeto da ação política, ele ao menos revela, mesmo que problematicamente, os traços de um esquema de dominação que se dirigia preferencialmente às “massas”.

Talvez, até pelo fato de a participação política, no início do século XX, ser maior do que supuseram muitos dos que a estudaram, foi necessário que o Estado em 1930 tomasse a forma que tomou. Aliás, aparece mais uma

⁴³ Sobre isso e o imaginário político da Era Vargas: Ângela de Castro GOMES, A política brasileira em busca da modernidade na fronteira entre o público e o privado. In: *História da vida privada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 498.

pergunta: por que esse Estado usou abertamente de mecanismos simbólicos, servindo-se do DIP e o Ministério da Educação, para mobilizar a sociedade como um todo, sobretudo os setores populares, se ele tinha a coerção física nas mãos? Em outras palavras, o Estado pós-1930 foi inovador no sentido de realmente tentar buscar apoio na sociedade, e não só nas “massas”, por meio de discursos e novos meios de comunicação.

É verdade que o conceito de populismo ressalta exageradamente a manipulação. Até porque, se houve manipulação, ela ocorreu diante de resistências da classe trabalhadora. Além do mais e particularmente importante, se teria de imaginar que os “manipulados” agiram contra seus verdadeiros interesses.

Mesmo assim, o Estado não deixou de procurar relacionar-se com a sociedade, especialmente com os trabalhadores. Pode-se, portanto, procurar entender, por meio da análise do discurso, das imagens e dos instrumentos utilizados pelo Estado, como ele buscou fazer-se entender pela sociedade.

Capítulo 2 – Em busca de uma certa imagem do Brasil:

o DIP e sua revista *Cultura Política*

Se a Revolução de 1930 foi um golpe certo na Primeira República, o “tiro de misericórdia” veio com a ascensão do Estado Novo. Getúlio Vargas, usando de pretextos “conspiratórios”, conseguiu agregar diferentes segmentos da sociedade civil e das forças armadas sob a sua liderança⁴⁴. Como toda mudança política, foi necessária, além do uso da força, uma nova forma de legitimação simbólica inteligível aos setores populares e à elite.

Em casos assim, a ideologia tem um papel central, pois ela legitima a nova organização de poder. Segundo Eliane Dutra, antes do golpe de 1937, basicamente quatro concepções ideológicas disputavam o apoio dos brasileiros: o comunismo, o integralismo, o liberalismo e o “reformismo” varguista. Este último saiu vencedor da disputa, confirmando seu já conhecido viés autoritário, plasmado em fortes mecanismos institucionais de controle⁴⁵.

⁴⁴ Edgar CARONE, *Estado Novo*, Rio de Janeiro, Ed. Difel, 1976, p.166-172.

Boris FAUSTO, *História do Brasil*, São Paulo, Ed. Edusp, 2003, p. 375-379.

⁴⁵ Usamos a definição – simples, mas útil – de ideologia contida em *Formação das Almas*, de José Murilo de Carvalho. Nessa obra, ela aparece como: “O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder” (p. 9). Para ele, a ideologia teria um componente discursivo, “cientificamente demonstrável”, como os modelos políticos e modelos de sociedade propostos pelos jacobinos brasileiros ou os liberais, por exemplo. Mas, que necessitavam se fazer entender de forma mais palatável para o grosso da população. José Murilo de CARVALHO, *Formação das almas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Sobre as ideologias políticas pré-Estado Novo: Eliane Regina de Freitas DUTRA, *O ardil totalitário: ou dupla face na construção do Estado Novo*. Rio de Janeiro – RJ e Belo Horizonte – MG, Ed. UFRJ e Ed. UFMG, 1997 Cap. II-IV.

Também: *Estados e partidos políticos no Brasil*, de Maria do Carmo Campello de Souza, onde são bem demarcadas as ideologias autoritárias que influenciaram diretamente a concepção do Estado Novo, assim como os mecanismos institucionais criados para racionalizar – ou controlar – mais diretamente a máquina pública e a sociedade civil em geral. Sobre isso: Maria do Carmo CAMPELLO DE SOUZA, *Partidos políticos no Brasil*, São Paulo, Ed: AlfaOmega, 1979.

À época do Golpe, a população brasileira ainda era majoritariamente rural, com índices alarmantes de analfabetismo. De acordo com o censo de 1940, apenas um quarto das crianças brasileiras iam à escola⁴⁶. Esse contexto revela quão distante era o mundo dos discursos ideológicos da compreensão das classes populares. Foi necessário, portanto, uma forma mais palatável de legitimação ideológica, uma forma que chegasse às mentes da maioria da população. Ou seja, algo que rompesse o diminuto e fechado círculo das elites.

Tal contexto leva-nos a indagar quais foram as formas encontradas pelo Estado Novo para se fazer entender. Como ele se comunicava com o grosso do povo brasileiro? E por quais meios ou instituições ele se fez ouvir? Tal discussão se insere na fomentação de um novo tipo de nacionalismo, cuja tônica não era mais as formas francesas de representação artística⁴⁷ tão usadas na Primeira República, mas sim a valorização da cultura nacional em forma de imaginário.

Segundo José Murilo de Carvalho, em *Formação das Almas*:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. [...] É nele que as sociedades definem suas identidades, objetivos [...].

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas⁴⁸.

⁴⁶ Robert M. LEVINE, op. cit., p. 74.

⁴⁷ Sobre as imagens importadas ou adaptadas do republicanismo francês, ver: José Murilo de CARVALHO, *Formação das Almas*. Sobre a valorização da cultura nacional no estadonovista: Ludwig LAUERHASS, *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1986. Ver também: Robert M. LEVINE, op. cit., p. 74; Renato ORTIZ, *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2003.

⁴⁸ José Murilo CARVALHO, op. cit., 2005, p. 10,11.

Para José Murilo, o imaginário se expressa por ideologias, utopias e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos.

Nesse sentido, a análise do DIP e do Ministério da Educação é fundamental para esse tipo de estudo. A Revolução de 1930 com seus impulsos racionalizadores criou o Departamento Oficial de Propaganda e Difusão, que em 1934 tornou-se o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939, foi o zênite deste processo, pois além de interferir e fomentar as mais diversas manifestações culturais, atuava também como censor do Estado. Sua atuação permeou em diversas frentes, como divulgação, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa⁴⁹. A intenção aqui é apresentar, em linhas gerais, o que foi o DIP e quais suas principais linhas de atuação.

Segundo Maria Helena Capelato, a criação do DIP demonstra o grau (e os limites) da influência dos regimes totalitários europeus (nazismo e fascismo) sobre o Estado Novo. Com isso, entretanto, a autora não quer identificar o varguismo estadonovista com o totalitarismo. Ao contrário: “O varguismo não se define como um regime fascista, mas é preciso levar em conta a inspiração das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política⁵⁰.”

O Estado Novo, assim como o nazi-fascismo, necessitaria de novas formas de legitimação política. Tecnologias recentes à época, como o rádio, exigiriam um novo aparato de publicidade e propaganda do Estado. Para ela, o objetivo da propaganda oficial seria o mesmo em ambos os regimes: “Em

⁴⁹ Edgar CARONE, op. cit.

⁵⁰ Maria Helena CAPELATO, Propaganda Política e Controle dos Meios de Comunicação. In: Dulce PANDOLFI (Org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999, p. 169.

regimes dessa natureza, a propaganda atua no sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões. Os sentimentos, fenômenos de longa duração são manipulados de forma intensa a fim de produzir forte emoção⁵¹.”

Tal “sensibilização” ocorreria por meio da propaganda oficial e de atividades culturais como teatro, cinema, radionovelas, pintura e arquitetura.

Homens do governo, como Filinto Müller, chefe da polícia política, e Lourival Fontes, diretor do DIP, declarados admiradores do nazi-fascismo, tiveram influência direta na organização do DIP. Mesmo civis, como Assis Chateaubriand, empresário poderoso, dono dos *Diários Associados*, tinham real apreço pela política de propaganda de inspiração originalmente totalitária.

Mas, para Capelato, a propaganda do DIP não pode ser vista como uma cópia da dos regimes totalitários europeus. Aliás, mesmo entre o fascismo e nazismo existiam diferenças interessantes. Enquanto o primeiro se voltava mais para a censura dos jornais, o segundo voltava-se para o controle do rádio.

A ação do DIP se guiava pelo teor da Constituição de 1937, que garantia a censura aos meios de comunicação, tendo como a justificativa manutenção da ordem social e da paz. Nesse sentido, qualquer forma de manifestação da oposição nos jornais, rádio ou cinema foi devidamente censurada pelo DIP. O caso mais conhecido foi a expropriação do jornal *O Estado de São Paulo* em 1940, opositor liberal mais agressivo ao Estado Novo. Além disso, muitos jornais e rádios tiveram seus registros cassados ou não renovados pelo DIP, por não se pautarem na disciplina estadonovista.

⁵¹ Maria Helena CAPELATO, op. cit., p. 168.

Contudo, grande parte da imprensa aquiesceu com as políticas autoritárias, numa troca de favores com o regime varguista. Capelato mostra que Vargas regulou o mercado de trabalho da classe jornalística, criando grande simpatia no meio. Aos empresários da imprensa ele cativou com verbas oficiais de propaganda:

A cooptação de jornalistas se deu através de pressões oficiais, mas também pela concordância de setores da imprensa com a política de governo. É importante lembrar que Getúlio Vargas atendeu a certas reivindicações da classe, como por exemplo, a regulamentação profissional que garantia direitos aos trabalhadores da área (...) foram raríssimos os jornais empresariais que não se deixaram corromper pelas verbas e favores oferecidos pelo governo⁵².

Além da censura, o DIP atuava também na propaganda oficial do regime. Como já foi dito, ele incentiva peças de teatro, filmes e livros; a maioria de caráter educativo e ideológico. Mas o rádio e a imprensa recebiam atenção privilegiada.

Desde o início da Revolução de 1930, ainda segundo Capelato, havia uma disputa entre alguns dos ideólogos do Estado Novo, que propunham apenas uma função educativa para as transmissões radiofônicas e parte do empresariado que almejava um conteúdo comercial.

Com o advento do Estado Novo, essa disputa tomou um novo rumo. Capelato mostra que Lourival Fontes e Genolino Amado tinham um real propósito de criar uma rádio nacional nos moldes da alemã de Goebbels, para uso intenso na propaganda do regime. No entanto, essa proposta mais autoritária não vingou. A programação radiofônica acabou tendo faixas do

⁵² Maria Helena CAPELATO, op. cit., p. 175.

governo com a “Hora do Brasil”, sob a coordenação de Lourival Fontes, e o programa dirigido aos trabalhadores, feito pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho a partir de 1942, além de programas educacionais e culturais encomendados pelo DIP. Mesmo assim, ainda havia uma programação comercial, as radionovelas, produzidas em Cuba e na Argentina, com grande sucesso de público.

O Estado Novo não usou, além do mais, do rádio com o fim exclusivo de conseguir consenso político, como os totalitarismos europeus:

O projeto de integração pelas ondas permitiu que idéias e as mercadorias fossem “vendidas” num mesmo pacote; assim, não se pode concluir que o rádio, no Estado Novo, se restringiu ao papel de formação de consenso político nem que seu controle tenha sido tão rígido⁵³.

Por aí se percebe que o Estado Novo pode ter se inspirado nos regimes totalitários, mas sem segui-los à risca.

Além do mais, o DIP teve um papel importante na elaboração de um novo discurso sobre o que seria o novo homem nacional, agindo tanto na questão da valorização da raça brasileira como na do trabalhador brasileiro; tudo isso com o claro intuito de cooptar a sociedade brasileira em torno do projeto estadonovista.

No Brasil da Primeira República havia um clima de sincero despreço à mestiçagem e à cultura afro-brasileira. Tal orientação sofreu uma profunda inversão da década de 1930. Com o modernismo de 1922, o Brasil experimentou uma valorização de aspectos até então negativos de sua

⁵³ Maria Helena CAPELATO, op. cit., p. 117.

formação enquanto nação⁵⁴. Mais tarde, o DIP soube aproveitar estes bafejos e iniciou uma campanha de valorização do homem nacional pelo discurso racial. Foi no Estado Novo que oficialmente o mestiço tornou-se representante da nacionalidade brasileira. Com isso, atividades ilegais como a capoeira e o candomblé foram legalizadas; e os povos afro-descendentes foram agraciados pelo emblemático dia da Raça, em 30 de maio de 1939. E, não menos importante, o samba atingiu *status* de música oficial, chegando a ser inclusive objeto de exportação⁵⁵.

Outro aspecto importante da atuação do DIP foi valorizar o trabalho, algo associado, à época, pejorativamente à escravidão. Ângela de Castro Gomes demonstrou a eficácia deste empreendimento, que casou legislação social empreendida pelo Estado e apelo ao imaginário. Assim, este projeto iria “transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual”⁵⁶. Dessa forma, além de consagrar quase definitivamente o formato das leis trabalhistas brasileiras, o Estado Novo promoveu, seja por meio do DIP, seja por meio do Ministério da Educação, uma campanha de propaganda agressiva sobre o valor do trabalho.

A canção *O bonde de São Januário*, de Ataulfo Alves, não levou mais um otário, mas sim um trabalhador, graças à intervenção precisa do DIP. No samba *Eu trabalhei*, de Roberto Roberti e Jorge Faray, o trabalho foi caracterizado como um meio eficiente e honesto de se conseguir riqueza material: “E quem diz que o trabalho/ Não dá camisa a ninguém/ Não tem razão/ Não tem. Não tem.” Segundo Gomes, o contato entre o DIP e os

⁵⁴ Antônio CANDIDO, *Literatura e sociedade*, São Paulo, Ed. Publifolha, 2000, p. 101-127.

⁵⁵ Lília SCHWARTZ, *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 178-195.

⁵⁶ Ângela Maria de Castro GOMES, A construção do homem novo. In: OLIVEIRA, Lippi Lúcia, *Estado Novo: Ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 152.

compositores populares era feito por Heitor Vila-Lobos. Para essa autora, “o rádio e a música popular eram, desta forma instrumentos valiosos de propaganda e doutrinação políticas⁵⁷”.

O DIP, portanto, era a encarnação da vontade de direção política e cultural do Estado Novo. Nele era construído seu discurso de poder do regime, o que legitimava sua existência. Ele configurava-se como uma excelente entrada para se entender a relação entre o Estado e os trabalhadores. O Ministério do Trabalho estadonovista criou e geriu a legislação trabalhista, mas quem traduziu seu significado para setores populares foi o discurso ideológico construído pelo DIP.

Revista *Cultura Política*

Uma das maneiras de se conhecer esse discurso é o estudo da principal publicação do DIP: a revista *Cultura Política*. Seus artigos foram escritos pelos principais intelectuais da época – Rosário Fusco, Lourival Fontes Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Almir Andrade, Francisco Campos, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos – com o intuito claro de legitimar no diminuto círculo das elites do país as mais variadas justificativas para os atos de Vargas e seu governo. E, principalmente, de elaborar por intelectuais, na sua maioria ligados ao aparelho do Estado, os conceitos e a ideologia corrente do próprio Estado Novo. (A bibliografia sobre a revista *Cultura Política* ainda é pequena; tentaremos aqui fazer uma sucinta revisão bibliográfica dela.)

⁵⁷ Ibidem., p. 159-82.

Segundo a análise de Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini Jr., a maioria dos intelectuais participantes da revista estava ligada de alguma forma ao aparelho estatal, quando não diretamente ao próprio gabinete do Presidente Getúlio Vargas:

Mais de 80% dos autores dos artigos sobre “política” estão, de algum modo, vinculados à burocracia estatal e colaboram com quase 85% do total de matérias. Portanto, a maior parte da ideologia política do regime difundida em *Cultura Política* é formulada pela burocracia do Estado Novo.⁵⁸

Os autores ainda mostram que, embora o Estado Novo criticasse o bacharelismo dos advogados e o discurso afetado dos jornalistas da Primeira República, a grande maioria dos colaboradores de *Cultura Política* era formada por advogados e jornalistas, demonstrando que o país ainda tinha poucos intelectuais de áreas especializadas, como economia, geografia e sociologia.

Mas, como uma revista com esse tipo de colaboradores e destinada a um público altamente intelectualizado pode revelar algo de substancial a respeito da relação entre Estado e trabalhador? Primeiro porque o governo estadonovista buscava a adesão dos trabalhadores em meio a uma estratégia mais ampla que englobasse toda a sociedade. Além disso, formando as mentes dessa elite letrada, ela poderia ser também um canal entre o governo e o grosso do povo brasileiro.

A revista, sobretudo, serviu de espaço privilegiado para a elaboração e debate dos rumos que o próprio Estado Novo tomava. A revista era

⁵⁸ Adriano Nervo CODATO e Walter Guandalini JÚNIOR, Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº 32, 2003, p. 6.

especialmente um espaço intelectual, usado por uma *intelligentsia*, preocupada em fazer certa leitura da história nacional, com o intuito de pensar melhor o presente e garantir o desenvolvimento nacional.

As duas posições acima, embora em alguma medida divergentes, aparecem de alguma maneira nas principais análises sobre a revista. Para Ângela de CastoGomes, a revista *Cultura Política* foi parte de uma estratégia de cooptação e propaganda, cujo marco é a ida de Alexandre Marcondes Filho para a pasta do Ministério do Trabalho, num contexto de uma possível abertura do regime. Já segundo Mônica Pimenta Velloso, a revista foi peça de um esforço de elaboração intelectual feita pelo Estado Novo, sendo o principal veículo da imprensa usado para isso.

Ângela de Castro Gomes conectou a elaboração de *Cultura Política* a um todo maior, ou seja, à entrada do país na II Guerra ao lado dos EUA, no início de 1942, anunciando uma possível abertura política. O regime, portanto, necessitaria controlar essa abertura política. Uma das formas encontrada seria a busca de apoio popular por meio da propaganda e da organização dos trabalhadores, utilizando para isso a centralização sindical na forma corporativista.

A posse de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, em dezembro de 1941, indicaria essa preocupação do regime. O novo ministro teria a função de reorganizar as relações entre Estado e trabalhadores. Para Ângela Gomes, sua atuação no ministério poderia ser resumida em:

(...) três grandes frentes de investida política do ministro, todas voltadas para o campo da organização do trabalho. Em primeiro

lugar, uma maciça atuação na área de divulgação e propaganda que envolveria direta e profundamente a própria pessoa do ministro. Em segundo lugar, um conjunto de medidas dirigidas especificamente à questão da sindicalização. E, em terceiro lugar, a articulação destas duas frentes com a montagem de uma estratégia política nitidamente continuísta cuja, base devia ser a organização sindical corporativa e cuja ideologia devia ter como matriz o discurso ministerial⁵⁹.

O Estado Novo, dessa forma, voltaria grande parte dos seus esforços para uma propaganda política eficiente e um processo mais intenso de sindicalização corporativa. Antes, disso, ainda existiam no país sindicatos independentes. Com a entrada de Marcondes Filho no Ministério, todos passariam a estar ligados diretamente à tutela do Estado.

De alguma maneira, não muito bem explicada, a autora colocou a Revista *Cultura Política* como parte desse processo. Ela seria uma das formas de o Estado Novo se fazer ouvir, correspondendo a um canal de propaganda política, que tinha a intenção de esclarecer os novos rumos do regime: “uma vez que essa publicação tinha por objetivo esclarecer e divulgar para o grande público as transformações que o país sofria por obra das iniciativas governamentais”⁶⁰.

Entretanto, para Mônica Pimenta Velloso, o discurso estadonovista, divulgado na imprensa escrita, teria a função primordial de elaborar o aparato ideológico do Estado Novo. Sendo a revista *Cultura Política* a principal publicação nesse sentido.

Haveria, de acordo com esse ponto de vista, uma clara divisão de tarefas intelectuais, dentro do projeto estadonovista. De um lado, estariam os

⁵⁹ Ângela de Castro GOMES, *A Invenção do trabalhismo*, p. 186.

⁶⁰ Ibid., p.190.

intelectuais/ideólogos do regime, que, dentro dos marcos estabelecidos pelo Estado, debateriam e pensariam o regime, reunidos em torno da *Cultura Política*. E, de outro, estariam os intelectuais divulgadores dessas idéias e concepções; reunidos em outros meios de comunicação e, mesmo em outros setores da imprensa escrita, como nas revistas *Ciência Política e Estudos Conferências*. Sobre essa divisão do trabalho intelectual a autora escreve:

À elite intelectual cabe, portanto, a produção e a manipulação das representações que conformam o discurso estado-novista. Aos intelectuais de menor projeção cabem as tarefas práticas da propaganda, no sentido de difundir para o conjunto da sociedade o ideário já estabelecido. Dada a sua função específica, estes intelectuais, usando a terminologia ansariana, podem ser vistos mais como militantes do que propriamente como produtores teóricos⁶¹.

Não se quer dizer, no entanto, que o discurso fosse uniforme. Ao contrário, percebe-se claramente diversas divergências intelectuais. Mas todas elas estavam relativamente delimitadas pela direção do regime, num enquadramento ideológico que sugeria conhecer a realidade brasileira. Esse era um dos principais sentidos da atividade intelectual propostos na revista.

Espera-se encontrar nesse discurso as imagens recorrentes usadas pelo regime para se legitimar frente aos trabalhadores. Com isso, entende-se e aposta-se numa certa uniformidade imagética do discurso. O que mudava é como essas imagens discursivas seriam tratadas e repassadas, seu grau de profundidade e complexidade dependendo diretamente da qualidade do público a quem ela se dirigia.

⁶¹ Mônica Pimenta VELLOSO, Uma configuração do campo intelectual. In: *Estado Novo: ideologia e poder*, p. 78.

A Revista *Cultura Política* foi uma publicação mensal criada em 1941, sob o comando do intelectual Almir de Andrade, subordinada diretamente ao Diretor Geral do DIP, Lourival Fontes. A revista pagava aos seus colaboradores o dobro do salário oferecido pelas outras revistas da época. Era uma publicação oficial do Governo. A tiragem da revista era de 3000 cópias, que se esgotavam rapidamente. *Cultura Política* existiu enquanto durou o regime, e era vendida nas bancas do Rio de Janeiro e São Paulo⁶².

As seções da revista podem ser divididas em dois tipos: as que faziam parte do corpo editorial da revista, como a “Introdução”, que ficava a cargo geralmente de Almir Andrade, Lourival Fontes ou mesmo Getúlio Vargas; “O pensamento político do Chefe de Governo”, a cargo geralmente de Rosário Fusco, embora admitisse convidados, e o “Brasil social, intelectual e artístico”, que trazia como introdução um primeiro texto também de Rosário. Havia, além do mais, a seção “A atividade governamental”, que parecia corresponder a um diário das realizações do governo. Já as seções “Problemas políticos e sociais”, “A estrutura jurídico-político do Brasil”, “O trabalho e a economia nacional”, “Política militar e defesa nacional” e “Textos e documentos históricos”, ficavam a cargo de convidados.

Alguns desafetos notórios do regime varguista foram colaboradores rotineiros ou esporádicos da revista, como Graciliano Ramos e Gilberto Freyre. O primeiro escrevia uma coluna sobre os hábitos culturais do Nordeste. Já o segundo elaborou um artigo sobre o aniversário do Presidente Vargas,

⁶² Mônica Pimenta VELLOSO, op. cit.
CODATO e JÚNIOR, op. cit.

louvando seu pragmatismo e, principalmente, seu suposto abandono do bacharelismo e do academicismo reinantes durante o Império e a Iª República:

De modo geral, só hoje vamos recuperando o sentido amplamente social de administração dos tempos coloniais, que os bacharéis e doutores do Império e da República perderam quase de todo, substituindo-o por um estreito sentido jurídico e político, de governo, e financeiro, de administração. (...)

Nenhum Bacharel menos bacharelesco do que o Presidente Getúlio Vargas governou o Brasil. Nenhum inclinou-se tantos às soluções sociológicas e econômicas dos problemas, dos quais alguns tem visto e sentido de perto⁶³.

De maneira irônica e sutil, posteriormente, Gilberto Freyre criticará justamente esse homem e seu governo em palestras pelos EUA, em 1943, compiladas no livro *Interpretações do Brasil*. Nele, o autor criticou o centralismo excessivo do Estado Novo que estaria sufocando a diversidade regional brasileira, relacionando diretamente tais atos ao perfil psicológico do presidente Vargas:

O sr. Getúlio Vargas parece uma espécie de Dr.Jekyll e Mr. Hyde: tendo em si mesmo alguma coisa do jesuíta, parece ter também alguma coisa do índio. Ávido de poder e de mando tem estado, entretanto, algumas vezes, do lado do povo contra convenções estéreis e grupos plutocráticos poderosos. (...) Por outro lado o Dr.Jekyll no sr.Vargas tem consentido em perseguições políticas, e mesmo no despotismo como que jesuítico exercido por auxiliares seus, e a quem tem assistido com indiferença⁶⁴.

⁶³ Gilberto FREYRE, *Cultura política*, Ano I, N. 5, 1941.

⁶⁴ Gilberto FREYRE, *Interpretações do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processos de amalgamento de raças e culturas*, p. 181, 82.

As características psicológicas do presidente, segundo Freyre, decorrem de sua origem “*missioneira*” – a área de fronteira entre a América Platina e o Brasil. Nela, haveria uma forte presença indígena e jesuítica. Vargas, assim, teria um pouco da introspecção e do caráter disciplinador dos jesuítas e do fatalismo “telúrico”, instintivo dos índios não colonizados.

Sobre a orientação centralizadora do regime, Freyre via, em *Interpretações do Brasil*, algo de benéfico, pois remeteria ao Império. O problema seria que a dosagem do remédio centralizador estaria passando da conta:

Agora, como no tempo do Império, há uma tendência para reprimir toda diversidade regional e provincial em favor da centralização e da unificação política. Por outro lado, há reformadores que se colocam contra toda centralização: defendem o total desaparecimento das diferenças nacionais tanto como das regionais. Mas no Brasil as energias regionais ou sub-regionais parecem bastante poderosas para se deixarem facilmente reprimir por simples coerção política ou mero capricho ideológico de poderosos do dia⁶⁵.

Em outras palavras, o centralismo estadonovista estaria sufocando demasiadamente os regionalismos e a diversidade do país.

Como já foi dito acima, *Cultura Política* tinha como público pessoas mais intelectualizadas. Se essa não era a intenção de seus realizadores, possivelmente foi o resultado obtido por seus esforços. Como já foi sugerido, parte de um seleto grupo de intelectuais, ligados ao Estado na sua maioria, participavam da elaboração intelectual e dos debates ocorridos nessa revista.

⁶⁵ Ibidem, p. 185.

Os termos correntes no vocabulário do regime, como “democracia social”, “centralismo”, a crítica ao liberalismo, eram debatidos e elaborados por esses intelectuais. Ou seja, *Cultura Política* era onde ocorria o principal da elaboração intelectual do regime estadonovista. Corresponde, portanto, a um espaço privilegiado de fomento de todo um imaginário que permeou a existência do Estado Novo. Em outras palavras, a revista é o melhor caminho para compreender a elaboração ideológica desse regime. Seus textos refletem a necessidade de o Estado Novo se firmar como um marco histórico, sendo a legislação trabalhista parte fundamental dessa tentativa de se apresentar como uma reinvenção do Brasil.

Mesmo assim, os textos que tratavam especificamente da questão trabalhista foram poucos, embora ela aparecesse de maneira pontual, em quase todos os textos “gerais” da própria revista. Pretende-se, aqui, reconstruir justamente parte desse discurso generalista da revista, mostrando como o louvor à legislação trabalhista apareceu como parte de um todo maior que tinha a tônica de buscar as raízes da alma nacional e, ao mesmo tempo, reinventá-la.

Um novo tempo

A revista *Cultura Política* portava-se, como já foi dito, como um espaço de debate e elaboração intelectual do Estado Novo. Não por acaso, seus artigos tinham como inimigos diletos os partidários do liberalismo político e econômico, acusado de serem os responsáveis pelos principais males do país. Ele seria uma ideologia “importada”, em desacordo com a história e costumes nacionais.

Provavelmente esse zelo em destratar o liberalismo seja o reflexo do poder de atração que ele ainda exercia na elite brasileira. Também era importante o contexto internacional, no qual sofria um forte questionamento e desgaste de suas bases.

Nessa orientação, a Primeira República aparecia, nas páginas da revista, como um momento inútil da história brasileira, quando a política foi dominada por uma ideologia estrangeira em desajuste com a tradição nacional. O liberalismo político e econômico era visto como uma ideologia de resistência da burguesia ao Estado Absolutista, condizente com as condições européia e norte-americana. E, mesmo assim, ela se encontrava em franca decadência nesses países, como na Alemanha, Itália e mesmo nos EUA do *New Deal*. Dessa maneira, o Estado Novo estaria em sintonia com as tradições do passado brasileiro e também com as mudanças recentes da política mundial no seu tempo.

Almir Andrade explicita essa posição:

A unidade do poder impõe-se como o único meio eficaz de levar a cabo qualquer plano de ação coletiva. Mesmo nos Estados mais apregoadamente liberais do presente, verifica-se um movimento bem acentuado no sentido de realizar essa unificação do poder político, que os preconceitos dos séculos XVIII e XIX fracionaram. Haja vista o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, onde o Poder Executivo foi, pouco a pouco, concentrando em suas mãos maior número de faculdades e cada vez maior liberdade de ação – chegando hoje a possuir poderes tão grandes, ou quase tão grandes, como os grandes ditadores europeus⁶⁶.

Na imprensa estadonovista, a história e as realizações da Primeira República foram, em quase sua totalidade, denegridas. A imagem sempre associada a esse período é de desordem e a desagregação social. Nesses anos o país teria vivido próximo de um Estado de Natureza hobbesiano, onde a ordem social seria inexistente, graças a um individualismo egoísta, colocando cidadãos uns contra os outros. Tal ideologia iria contra a tradição católica brasileira, que zelava pelo equilíbrio entre as diferentes classes. Segundo Silvio Peixoto,

Realizando a concentração da autoridade e do poder público na figura do primeiro magistrado da nação, o novo regime antecipava, num mundo em desordem, a única fórmula possível de salvação da ordem democrática. Nunca se afastou do conteúdo jurídico do Estado Novo o sentido social da Democracia, que é, em última análise, a própria vocação política da América⁶⁷.

⁶⁶ Almir ANDRADE, *Cultura política*, julho de 1941, p. 6.

⁶⁷ Silvio PEIXOTO, *Cultura política*, maio de 1941.

Na Primeira República, o partidarismo e o federalismo republicano expressariam claramente o espírito de facção contrário ao interesse público, além de se portarem como um entrave ao poder central, o impedindo de governar. Lourival Fontes, editor da revista, dá o tom da crítica ao sistema partidário das democracias liberais:

Os partidos não respondem às interrogações, aos problemas, às questões avassaladoras que se colocam diante do Estado nas diferentes circunstâncias históricas do mundo moderno. Não se pode esperar da polulação de partidos no Brasil, onde as idéias não demarcam fronteiras de separação, qualquer coisa de útil, de realmente profícuo à nossa rudimentar vida política⁶⁸.

Preocupados com suas “abstrações da norma”, os legisladores republicanos deixariam o povo abandonado à mercê do mercado, vítimas fáceis de doutrinas “exógenas” como o comunismo e o integralismo, identificado como uma forma de fascismo.

Nesse sentido, o Estado Novo apareceu como um divisor de águas da história nacional, tirando o país de um passado caótico e trazendo para junto de sua tradição. Almir Andrade, num prefácio de *Cultura Política* exemplifica bem esse discurso, ao analisar a Constituição de 10 de novembro de 1937:

A Constituição de 10 de novembro de 1937 teve o mérito de libertar-se definitivamente do velho preconceito de Montesquieu, sobre a necessidade da independência e separação dos três poderes estatais: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Essa independência e a separação nasceu da luta contra o absolutismo dos reis, no século XVIII (...). A experiência do século XIX, entretanto, demonstrou que o fracionamento do poder, pela divisão do mesmo, trazia

⁶⁸ Lourival FONTES, *Cultura política*, agosto de 1941.

inconvenientes maiores ou tão grandes como os resultados do absolutismo, embora de outra feição (...).

O que a Constituição de 1937 fez, entre nós, foi justamente tornar uma realidade franca e declarada, o que, desde quase um século, sempre foi uma realidade insofismável da vida brasileira: a supremacia do Poder Executivo, como meio de realizar a unidade de ação e a coordenação das funções políticas⁶⁹.

Em *Los Imaginarios Sociales*, Bronislaw Baczko tratou o poder simbólico – presente nos discursos, nas imagens, nos monumentos, nos emblemas – como tão reais e eficazes quanto o poder real, representado pela técnica de governo e pela força. Pode-se considerar que um governo recém-instalado, como o Estado Novo, depende de condições simbólicas de existência para que se torne legítimo frente a seus cidadãos.

Em Baczko, a imaginação humana foi vista como uma potência criadora e selecionadora de imagens. Seria por meio dela que o homem se auto-representaria. O adjetivo *social* serve para delimitar uma concepção coletiva desse termo, além de inserir toda uma ordem social – instituições políticas e econômicas, por exemplo – como criações ou manipulações desse imaginário. Assim, “*a través de estos imaginarios sociales, una colectividad designa su identidad elaborando una representación de si misma*”⁷⁰. A identidade coletiva delimitaria e legitimaria o território e as esferas políticas pertencentes a uma comunidade.

Tal operação revelou, para Baczko, como a legitimidade de um sistema político seria algo criado simbolicamente, em um meio social pela imaginação social. Assim, a sociedade deveria inventar – ou imaginar – a legitimidade de

⁶⁹ Almir ANDRADE, *Cultura política*, p. 6.

⁷⁰ Bronislaw BACZKO, *Los imaginarios sociales*, p. 28.

um poder estabelecido. No Estado Moderno, a legitimidade estaria sintonizada diretamente com o papel preponderante das instituições políticas e dos meios de comunicação de massa.

Em um ambiente como do Estado Novo, por exemplo, haveria uma tentativa de usar a forma do imaginário coletivo a fim de legitimar o governo autoritário. No entanto, o impacto dos imaginários sociais criados pelo Estado dependeria diretamente daquilo que Baczkó chamou de comunidade dos sentidos, que é um terreno comum entre símbolos, cuja função seria a urdidura de um tecido simbólico viabilizando uma comunicação eficiente.

Denegrindo o regime anterior, o Estado Novo tentava criar um imaginário social próprio, que demarcasse bem o seu lugar e o lugar de seus feitos na história brasileira. Percebe-se claramente, nas páginas da *Cultura Política*, essa intenção de se apelar para um conjunto de imagens, como o reencontro com as tradições brasileiras e católicas, o reencontro da política com a nação, que serviram para justificar as políticas empreendidas pelo Estado Novo.

Contudo, todo esse processo teve de respeitar certas regras, já impostas pelo imaginário coletivo. O Estado Novo, em *Cultura Política*, mesmo denegrindo a Primeira República, não deixa de se auto-intitular uma democracia, sugerindo que antes ela não existia. Sua crítica recaía sobre a forma de governo representativo, sobre o mal do partidarismo e os exageros do individualismo liberal. Mantendo distância, o governo varguista se proclamava uma “democracia social”, sugerindo ser uma forma original de governo, diferente tanto do liberalismo político como dos regimes totalitários. À medida que o Brasil entrava na II Guerra, o tom do desmerecimento do liberalismo ficava mais suave. E, ao mesmo tempo, o governo estadonovista colocava-se

acentuadamente como diferente e distante do fascismo e do nazismo. De maneira complementar, o regime sugeria estar próximo da democracia americana, seja por afinidade ideológica ou histórica.

A vontade de ser uma “democracia social” implicava, na visão daqueles identificados com o Estado Novo, o desejo real de ter criado algo original na história. Getúlio Vargas trata disso em artigo:

Sobre o conceito do regime que denominamos Estado Novo ou Estado Nacional, parece-me muito oportuno dizer que, ao instituí-lo, não tivemos em vista copiar este ou aquele modelo. Procuramos apenas a maneira de dar forma política às tendências sociais e econômicas da vida brasileira. Qualquer pessoa culta ou um observador avisado, que examine sem prevenções a nova estrutura política do Brasil, reconhecerá, desde logo, que ela assenta em princípios legitimamente democráticos. (...)

Dentro de nossas realidades instituímos uma democracia realista e funcional.⁷¹

Outra implicação era também conseguir a adesão da maioria da sociedade da época. Parte considerável da elite ainda tinha um apreço pela palavra *democracia*, enquanto o adjetivo *social* conseguia agregar em torno de si setores mais populares. A referência à democracia também sugeriria o pertencer a certa tradição política de governo popular. O elemento diferenciador – o adjetivo *social* – cuidava de reforçar o apelo aos setores populares e a diferença em relação à democracia meramente representativa. O uso desses termos pode ser entendido como uma forma encontrada pelo Estado Novo para se comunicar com um coletivo maior, com categorias imaginárias que ele já conhecia e não rejeitava.

⁷¹ Getúlio VARGAS, *Cultura política*, p. 13.

A *Cultura Política* era, portanto, a expressão de um novo tipo de discurso político. Seus objetivos declarados eram buscar um consenso de poder. Ela não tentava criar uma “nova concepção de cultura”, como acredita Mônica Pimenta Velloso⁷², correspondendo mais a uma nova forma de discurso que se apropriava de formas do imaginário coletivo. A revista, mesmo voltada para setores intelectualizados, tinha no seu discurso um apelo ao conhecimento da realidade, cuja expressão seria o povo pobre e trabalhador.

Ser uma “democracia social”, porém, significava cumprir uma série de exigências discursivas e práticas, para se fazer entender por seus leitores. O regime estadonovista calcava seu discurso valorizando o tempo presente, como se todo atraso tivesse ficado para trás e o país agora vivesse uma espécie de Idade do Ouro moderna. As portas de entrada para essa modernidade, no geral, foram as leis sociais, um novo tipo de relacionamento do Estado com a intelectualidade brasileira e a industrialização do país, bem exemplificada com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, que foi um tema exaustivamente tratado nas páginas da *Cultura Política*. De acordo com o editor da revista,

Com o Presidente Getúlio Vargas, a base da técnica do governo deixou de ser puramente política: deslocou-se para as soluções sociológicas e econômicas. A própria democracia brasileira deixou de ser uma democracia puramente política, para orientar-se no sentido de uma democracia social e econômica⁷³.

⁷² Mônica VELOSO, op. cit.

⁷³ Almir ANDRADE, *Cultura política*, p. 166.

A Idade do Ouro, nas palavras de Raoul Girardet, em *Mitos e Mitologias Políticas*, seria um tempo mítico, um paraíso perdido, tempo de bons costumes e harmonia social. Bem diferente da modernidade, marcada por suas lutas sociais, exploração econômica e degradação dos costumes. O Estado de Natureza rousseauiano seria um bom exemplo disso, no qual o homem, ainda em meio primitivo, manteria seus bons costumes, sendo livre para guiar-se por sua vontade e não a de outrem.

Para Girardet, esse tipo de evocação mítica ocorre no discurso político quando a sociedade está sofrendo um processo brusco de mudança ou em meio a uma crise social: “*Os sonhos da Idade do Ouro procedem, segundo toda verossimilhança, de uma forma relativamente próxima de mal-estar, de inquietação ou de angústia*”⁷⁴. Esse discurso de volta ao passado apareceu, por exemplo, na França do século XVIII, convivendo lado a lado com a ideologia do progresso, entusiasta das mudanças trazidas pela modernidade e confiante num futuro promissor.

Nas palavras de *Cultura Política*, graças ao Estado Novo, a vida nacional encontrou seu destino e sua Idade do Ouro. No Brasil, a Idade do Ouro era diferente da França, que a vivia num conflito entre um passado idealizado e um presente detestável: o tempo presente, aqui, era o melhor momento. Era nele que repousaria o cumprir de todas as tradições e costumes nacionais. E, ao mesmo tempo, era a chegada pacífica da modernidade, vinda sem traumas ou grandes convulsões sociais. Isso porque Vargas saberia conduzir os rumos da política, respeitando nossa vocação católico-cristã, bem diferente do “prurido” liberal:

⁷⁴ Raoul GIRARDET, *Mitos e mitologias políticas*, p. 134.

Apoiado no patriotismo e na fidelidade das forças armadas, o Presidente Getúlio Vargas salvou o Brasil do abismo que o esperava. Urgia adaptar a democracia às condições da vida moderna, banir tanto o liberalismo estéril e demagógico quanto as correntes extremistas que do próprio liberalismo derivavam. E assim tivemos o Estado Novo, o Estado Nacional, cujas bases se acham plenamente consolidadas, oferecendo ao país a maior segurança de que podíamos dispor num momento de tragédia universal como este⁷⁵.

A Legislação Social e Trabalhista era uma das principais portas de entrada nesse paraíso da Idade do Ouro. Sem ela, o país ainda amargaria tensões sociais sem fim. Ela fazia parte desse discurso tanto de recuperação das tradições como de ingresso na modernidade. A revista *Cultura Política* está coroada de textos nesse sentido. Na seção “Atividade Governamental”, falando sobre a nova lei de “Locação de empregados em serviços domésticos”, afirma-se:

O extraordinário progresso verificado no Brasil nestes últimos anos, em matéria de leis sociais, cada vez mais se acentua. Vamos dando ao mundo o exemplo de uma legislação trabalhista modelar, surpreendendo os especialistas estrangeiros que não nos tem regateado louvores. (...) Que possuíamos nesse sentido em 1930? Nada ou quase nada. O trabalhador vivia sem proteção alguma. (...) E compreende-se que dessa situação se prevalecessem os agitadores, os propagandistas de extremismos subversivos para ativar o nefasto proselitismo. (...) O que outros povos haviam arrancado à custa de luta e sangue, na turbulência das greves, nós o conseguimos numa atmosfera de paz, com o concurso de técnicos e legisladores. Foi um dos mais belos exemplos de revolução pacífica que se conhecem⁷⁶.

⁷⁵ Almir ANDRADE, *Cultura política*, p. 22.

⁷⁶ Ibidem, p. 221, 222.

As leis sociais garantiriam a paz e a harmonia social para que o país vivesse essa Idade do Ouro. Luiz Werneck Vianna, em *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, sem analisar o discurso estadonovista, já percebia o par: legislação trabalhista e harmonia social como via para a modernidade, conduzida por uma elite oligárquica dissidente.

No entanto, ao assumir parte desse argumento, a intenção da revista era também legitimar as ações do governo frente ao meio empresarial que teve de abrir mão de seu liberalismo, aceitando a intervenção estatal nas relações entre patrões e empregados. E pretendia conseguir também apoio junto aos trabalhadores, cujas lutas políticas e sociais do passado foram justificadas pela ausência da proteção do Estado e não como ato de luta de classes.

Ou seja, esse discurso, sem desmerecer diretamente as lutas trabalhistas, não permitia aos trabalhadores dizer o que realmente pensavam e quais eram seus verdadeiros interesses. Carregava em si, implicitamente, a imagem da satisfação plena no âmbito social e político. Isso sugeriria ser desnecessário qualquer tipo de reivindicação tanto por parte do empresariado como pelos trabalhadores, por que se vivia num tempo de abundância em que tudo poderia se provido pelo Estado.

A outra parte desse discurso era a argumentação técnica, usada pelo Estado Novo, para justificar suas ações. Ao longo de *Cultura Política*, o termo conhecer a “realidade brasileira” foi recorrentemente colocado em oposição à suposta postura “abstrata” daqueles identificados com a Primeira República. Getúlio Vargas seria a expressão bem acabada da mistura do político com o técnico, que conhece bem a realidade na qual está inserido. Nélson Werneck Sodré, que depois se notabilizou como historiador marxista, chega a afirmar:

Essa aliança profunda e coerente entre o pensamento e a ação tem sido, realmente, o segredo do critério político do Presidente Getúlio Vargas, cuja objetividade lhe dá uma visão rápida e precisa dos problemas e cuja capacidade de apreensão lhe faz compreender, desde logo, o lado essencial deles⁷⁷.

De acordo com essa perspectiva, o Brasil e o brasileiro eram vistos como doentes passíveis de serem tratados pela ação regeneradora do Estado. Era algo que não ocorria antes, pois a sociedade ficara abandonada, vítima do liberalismo político. A política, assim, foi reduzida à resolução de problemas técnico-administrativos, a cargo do governo e de seus técnicos. A democracia representativa era vista como obsoleta. Sua divisão de poderes e seus direitos políticos permitiriam às pessoas não capacitadas exercerem posições de governo, atrasando o caminhar do país rumo à modernidade.

O conhecimento da “realidade” dependia em parte do novo papel do intelectual na sociedade brasileira. Em *Cultura Política*, não são poucas as referências ao novo clima intelectual do Brasil com a chegada do Estado Novo. Antes dele, a vida intelectual seria frágil, existindo sem nenhum apoio do Estado. Também poderia ser considerada perigosa, pois o pensamento, deslocado da realidade e da vivência prática, se perderia em abstrações, que poderiam tomar direções extremistas. Na coluna “Panorama da Atividade Governamental”, informa-se que Vargas permitiu a aposentadoria do poeta Catulo Cearense. Porém, na nota introdutória, percebe-se bem o discurso da revista em relação aos intelectuais:

⁷⁷ Nelson Werneck SODRÊ, *Cultura política*, junho de 1941.

Nunca, por certo, o intelectual desfrutou tanto do prestígio no Brasil, como nos dias presentes. O Governo estimula em todo sentido as letras, as ciência e as artes, compreendendo que um povo vale principalmente pela sua cultura.

O que concorria em grande parte para tornar os nossos escritores estranhos à realidade brasileira era a falta de ligação com o poder público em que sempre viveram. (...)

No Estado Novo a situação mudou completamente. (...) O intelectual passou a figurar em diversos setores do serviço e do poder público, solicitando, naturalmente de acordo com as respectivas habilitações, enquanto as iniciativas culturais se sucedem dia a dia⁷⁸.

Na própria revista existia uma seção chamada “Influência Política sobre a Evolução Social, Intelectual e Artística do Brasil”, onde os textos de Rosário Fusco indicam bem o tom da relação entre o Estado Novo e os Intelectuais. Nela, o leitor podia se informar sobre os costumes nacionais, artes, cinema, teatro, literatura de ficção. No pensamento do autor, somente a partir de 1930 foram criadas, grosso modo, condições objetivas para que a intelectualidade brasileira viesse a conhecer a “consciência nacional”, que já existiria mas era inacessível dado a ineficácia do regime político anterior: “A consciência nacional que os nossos pensadores políticos tanto reclamam não é uma invenção da política nacional de nossos dias. Mas um acordo tácito entre o regime que nos convém e as necessidades que os país reclama⁷⁹”.

O discurso de *Cultura Política* era extremamente circular e repetitivo. Os temas giravam em torno dessa idéia de “democracia social”, sugerindo que o Estado saberia de tudo. O regime político estadonovista, com o conhecimento pleno da realidade brasileira, agiria como um bom administrador, sendo Getúlio

⁷⁸ Almir ANDRADE, *Cultura política*, p. 220-222.

⁷⁹ Ibidem, p. 259.

Vargas a própria encarnação desse ideal. Vargas seria mesmo o primeiro líder nacional realmente preocupado em solucionar nossos problemas. Era retratado como um intelectual em “mangas de camisa”, viajando à Amazônia para resolver questões de saneamento, ou inaugurando um restaurante popular no Rio de Janeiro.

Poder-se-ia escolher inúmeros problemas nacionais que, supostamente, foram solucionados pelo regime, simbolizado pelo líder Getúlio Vargas. Por exemplo, a recuperação da saúde do povo brasileiro, com o intuito de formar trabalhadores saudáveis e produtivos. Ou então, a construção de indústrias metalúrgicas e mesmo fábricas de motores, que deveriam promover o desenvolvimento industrial. A política varguista agiria nesse binômio: recuperação da imagem do “trabalho” e do “trabalhador”, por meio do discurso ideológico e de medida higienizadora. Por outro lado, promovia um capitalismo estatal com o intuito de gerar o desenvolvimento industrial, a forma mais eficiente vista pelo regime de gerar empregos.

Possivelmente, a melhor expressão real e simbólica desse tipo de discurso foi a resolução do problema siderúrgico, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Em *Cultura Política*, ela é um assunto recorrente, que sempre aparece como uma justificativa, quase moral, para a existência do Estado Novo. Em torno de sua construção surge uma narrativa que utiliza praticamente todos os elementos simbólicos recorrentes da revista:

A instalação da grande siderurgia no país foi objeto de quase todos os programas de governo no regime passado. Nenhum, porém, dos candidatos que lograram ascender à curul presidencial dispôs das

energias necessárias para enfrentar o problema, abandonando os planos anunciados.

É que, embora possuíssemos tudo: o ferro, o carvão, o capital humano e as excelentes condições de nosso solo, faltava o essencial – o ambiente propício ao desenvolvimento de todos esses fatores.

Com o advento da Revolução de 1930, o Brasil conquistou uma mentalidade nova, criando uma vigorosa política econômica e estabelecendo as bases de uma verdadeira consciência técnica, sem as quais era impossível a solução dessa e de outras questões que tanto nos inquietavam⁸⁰.

A narrativa da questão siderúrgica aparecia sempre não como uma “abstração” legal ou romântica. Ao contrário, a carência de uma indústria desse porte fora percebida por homens balizados, conhecedores da realidade nacional. *Cultura Política* mostrara que alguns homens do passado diagnosticaram esse problema. Mas sua linha narrativa era sempre de ruptura, como se o passado não fosse relevante e, somente a partir de 1930, houvesse uma vontade política capaz de resolver o problema. Getúlio Vargas teria prometido depois da Revolução de 1930: “(...) fazer para dar a tão importante problema a solução mais adequada e mais rápida possível⁸¹”. O desenvolvimento industrial só seria completo após a instalação de uma indústria siderúrgica. Sem ela o Brasil ficaria desguarnecido. O aço seria fundamental como matéria-prima para a indústria bélica nacional, até então dependente de exportações, ficando a produção de armamentos comprometida. Portanto, representaria uma ameaça real à segurança do país.

De alguma maneira, a Usina pode ser lida de duas formas. Na época, sendo o Brasil um país predominantemente agrário, de industrialização ainda

⁸⁰ Almir ANDRADE, *Cultura política*, p. 225.

⁸¹ *Ibidem*, p. 225.

incipiente, ela aparecia como o símbolo máximo de um governo que se autodenominava moderno. E, mais, que teria colocado o Brasil na modernidade. Não é à toa que Volta Redonda passa a ser chamada, pelo regime, de “Cidade do Aço”. Um nome carregado de uma simbologia ligada à modernidade e à industrialização.

Por outro lado, a ideologia estadonovista percebia claramente, ao menos no meio popular, um forte desprezo ao trabalho. Como já foi indicado acima, um dos focos de ação do DIP era uma política ideológica de revalorização do papel do trabalhador e do trabalho.

A Usina de Volta Redonda seria um local para se trabalhar. Dali se produziria aço que permitiria ao Brasil gerar mais emprego, portanto, mais trabalho. Ao selecioná-la como principal realização do regime, o Estado Novo talvez quisesse, mesmo que indiretamente, reforçar o ambiente ideológico de revalorização do trabalho. Não por acaso, era valorizada como obra mais importante do Estado Novo a construção do que seria uma fonte de empregos, que mudaria de vez o caráter agrário e, mesmo, atrasado do país. A Usina representava, portanto, a modernidade, baseada no culto ao trabalho.

A Revista *Cultura Política* era uma publicação voltada para a elite intelectual. Em algumas de suas seções encontravam-se textos de leitura mais amena, sobretudo tratando das realizações do regime, que ficaram mais freqüentes com a aproximação do seu fim. Contudo, durante sua existência, até 1945, suas páginas contaram majoritariamente com textos de uma linguagem e profundidade bem mais afeitas às chamadas elites intelectuais do que aos setores populares.

Por esse tipo de autores pode se desnudar qual era sua real função: como indicou Mônica Velloso, por meio da *Cultura Política* se elaborava os rumos do Estado Novo.

O Estado Novo era pensando – e ao mesmo tempo vivido – por uma elite intelectual ligada diretamente à burocracia do Estado. A Revista, portanto, tinha o papel fundamental na elaboração desse novo projeto político. Era, em suas páginas, que diferentes intelectuais, até mesmo críticos do regime, elaboravam textos que ajudaram a formar a imagem sobre o Brasil que posteriormente passou a ser identificada com o Estado Novo.

A redução da política à técnica administrativa, o conhecimento da realidade brasileira como justificativa para esse processo, a auto-intitulação “democracia social”, a visão do presente como entrada na modernidade, foram idéias elaboradas e debatidas nas páginas de *Cultura Política*.

Por outro lado, percebe-se que a própria revista também exercia uma função de propaganda do regime. O caso da construção da Usina de Volta Redonda mostrou bem esse aspecto. Ela foi apresentada como a entrada do Brasil na modernidade e no mundo do trabalho capitalista, sendo objeto de orgulho de um governo que se avocava conhecer profundamente as carências do Brasil.

Cap. 3 O Primeiro de Maio e o Estado Novo

Se fosse possível resumir em poucas palavras o discurso da revista *Cultura Política*, possivelmente, **ruptura e continuidade** seriam os melhores termos. Em suas páginas, o Estado Novo se apresentava, diante da história brasileira, como algo novo e ligado à tradição. O que fora feito ou construído pelo Império e, principalmente, pela Primeira República, não era digno de nota. Somente com a Revolução de 1930, o Brasil teria começado a realmente a caminhar em direção a uma modernidade próxima. Ao mesmo tempo, o país também estaria vivendo um profundo reencontro com suas tradições católicas, longe do artificialismo político anterior.

O tom desse novo discurso estava presente nas comemorações de Primeiro de Maio à época do Estado Novo. A partir de 1939, esta data passou a ser comemorada no Estádio do Vasco da Gama, transformada definitivamente em uma grande festa popular. Funcionava como um verdadeiro momento de interação direta entre os setores populares e o Estado, representado pelo próprio Presidente Vargas e seus ministros. Em outras palavras, num contexto, no qual o Estado buscava várias formas de conseguir a adesão dos trabalhadores, a festa do Primeiro de Maio pode ser considerada o ponto mais alto desse intento.

Segundo Rita Amaral, em *Festa à Brasileira*, a festa cívica pode ser interpretada como um momento de aproximação entre estratos sociais hierárquicos diferentes. A autora, por meio da obra de Emile Durkheim, mostra como são flutuantes os limites que separam os ritos representativos das recreações coletivas. Dessa forma, a festa tem como objetivo, “(1) a superação

de distâncias entre os indivíduos, (2) a produção de um estado de ‘efervescência coletiva’ e (3) - a transgressão das normas coletivas”⁸². Nesse período de festa, de celebração, o indivíduo se anula em meio ao seu grupo social, e se vê como parte de um coletivo.

A festa, portanto, torna-se um momento de reafirmação do sentimento que esse indivíduo tem de si mesmo e do coletivo que ele faz parte. Para autora, “*são imprescindíveis tanto as cerimônias festivas quanto os rituais religiosos para reavivar os ‘laços coletivos’, que correm, sempre, o risco de se desfazerem. Neste sentido, poderíamos imaginar que, quanto mais festas um dado grupo ou sociedade realizam, maiores seriam as forças na direção do rompimento social às quais elas resistem. As festas seriam uma força contrária ao da dissolução social*”⁸³. A festa, dessa forma, é um momento de resistência ao rompimento dos laços sociais, pode-se dizer que as festas no Estado Novo, especialmente a do Dia do Trabalhador, visavam celebrar o pacto proposto pelo Estado aos trabalhadores. Nela Vargas se mostrava como um “igual”, numa tentativa de aproximação entre o poder estatal e o povo

A intenção deste capítulo é mostrar como era retratada, por diferentes setores, a festa do Primeiro de Maio e como era a interação entre o governo estadonovista, especialmente o Presidente Vargas, e estes trabalhadores. As fontes usadas foram os jornais da época, alguns de esquerda, outros mais liberais e outros governistas. Nas páginas desses jornais estão reproduzidas os discursos e muito do cerimonial da festa do Primeiro de Maio. E se perceberá

⁸² Rita de Cássia de Mello Peixoto AMARAL, *Festa à Brasileira – Significados do festejar no país que “não é sério”*, Tese de Doutorado, do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, 1998, p. 25.

⁸³ Idem, 26

que à medida que o regime estadonovista foi chegando ao seu fim, o espaço concedido ao discurso estatal diminuiu consideravelmente na imprensa.

A Festa e os Jornais na época do Estado Novo

Como já foi dito no capítulo anterior, o Estado Novo passou a se relacionar de forma bem peculiar com a imprensa. Do período que vai de 1930 a 1937, já havia alguma censura e pressão sobre os jornais impressos. Mas foi somente a partir da criação do Estado Novo e, posteriormente, com a criação do DIP, que a censura se tornou uma prática comum do regime, respaldada pela Constituição de 1937.

Isso se confirma pela existência de jornais abertamente opositores e, mesmo detratores, do regime, como o jornal de esquerda *O Radical* e o jornal liberal *O Estado de São Paulo*. Ambos faziam oposição ao regime varguista, e até 1937 gozaram de alguma liberdade para manifestarem suas posições. Em orientação oposta, até o penúltimo ano de existência do Estado Novo, a censura ainda será efetiva, afrouxando-se no último ano do regime.

Para redigir este texto, como foi dito há pouco, foram escolhidos três grupos de jornais: os de oposição aberta ao regime como o jornal de esquerda *O Radical* e o liberal *O Estado de São Paulo*; os jornais com uma orientação política menos clara como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*; e um jornal que passou a ser propriedade do governo, chamado *A Noite*.

O Primeiro de Maio

Em 1935, ano do *putsch* da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a data do Primeiro de Maio não foi muito noticiada pelos jornais. A maioria deles limitou-se a apresentar uma nota curta no meio da edição, sem nenhuma manchete de capa sobre o assunto.

O jornal *Correio da Manhã*, de propriedade de Paulo e Edmundo Bittencourt, o jornal *O Estado de São Paulo* de propriedade da família Mesquita, e o *Jornal do Brasil*, que era de uma sociedade anônima, fizeram uma cobertura tímida da data. No primeiro, havia um editorial pequeno sobre o assunto nas páginas do meio do jornal, com o título 1º de Maio:

Entre as datas comemoradas pelo mundo inteiro, inscreve-se a de hoje, consagrada ao trabalho. Surgiu naturalmente como sendo a das reivindicações de uma classe vultuosíssima que luta pela consecução do pão cotidiano e cujas legítimas aspirações e naturais direitos vão sendo reconhecidos⁸⁴.

Na edição do dia 1º de Maio, no jornal *O Estado de São Paulo*, não havia nenhuma manchete de capa ou reportagem sobre a data no Brasil. Havia, sim, uma manchete de capa pequena que trazia o seguinte título: “*A lista de deputados oposicionistas*”. Essa nota informava que subiu para 40 o numero de deputados que faziam oposição ao governo de Getúlio Vargas. No meio do jornal havia uma matéria pequena chamada: “*O Primeiro de Maio*”, que resgatava o significado da data, contando o ocorrido em Chicago em 1886, quando alguns líderes sindicais foram presos no Primeiro de Maio e

⁸⁴ Jornal *Correio da Manhã*, 1º de maio do ano de 1935.

* Em função do estado de conservação de muitos desses jornais de época, muitos deles não informavam corretamente a numeração de suas páginas.

posteriormente condenados à morte por um julgamento que fora considerado como injusto. Esta reportagem também trazia a lista de comemorações pelo Brasil: na associação varejista, no Partido Socialista (reunião na sede do partido, sendo permitida pela Secretaria de Segurança Pública), Federação Operária de São Paulo, Sindicato do Livro e jornal de Campinas, operários das fábricas São Pedro e Maria Cândida de Itu. Ou seja, a reportagem indica que ainda havia um pequeno movimento socialista que continuava a se manifestar, mesmo que sob a autorização direta do Estado. Em toda a edição do dia 2 de maio, de *O Estado de São Paulo* praticamente não há menção sobre o Primeiro de Maio. Apenas aparece, no meio do jornal, uma pequena nota, “As comemorações do dia do trabalho”, que descreve como ocorrera a data no Rio de Janeiro: “as comemorações decorreram com calma”.

No *Jornal do Brasil*, de 1 de maio de 1935, não havia nenhuma manchete de capa sobre a data. Somente, no meio do jornal, apareciam duas notas curtas sobre o assunto. A primeira, chamada de “O Dia do Trabalho”, trazia um texto bem morno:

A Nação consagra a data de hoje aos homens do Trabalho. A homenagem visou de um modo especial o proletário, que há muito celebrava o 1º de Maio, a efemeridade das suas reivindicações⁸⁵.

A outra nota, intitulada “O 1º de Maio de 1935”, dava mais destaque à situação mundial de desemprego do que a qualquer outra coisa:

E nada é mais melancólico, neste dia, destinado a glorificar o trabalho e os trabalhadores, do que essa legião universal dos que querem trabalhar e não podem⁸⁶.

⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 1º de maio do ano de 1935.

O Jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, também não deu muita atenção ao Primeiro de Maio, em 1935. Houve apenas duas matérias pequenas no meio do jornal que relataram a comemoração. Uma era chamada de “*1º de Maio*”, que convocava os funcionários e interessados a participarem de eventos e palestras na capital. Foram convocados, os Funcionários da Light, Sociedade União dos Foguistas, Associação dos Carpinteiros Navais, Evento no Theatro da Juventude Trabalhista, Sessão Comemorativa – Federação Republicana do Brasil. Neste mesmo jornal, havia uma matéria pequena chamada de “*Comemorações de 1º de Maio em São Paulo*”, que informava:

Os jornais de hoje estampam a nota fornecida pela Secretária de Segurança, proibindo manifestações de rua amanhã. Só será concedida licença prévia, para essas manifestações em recintos fechados⁸⁷.

Se verá que a questão da tranquilidade no Primeiro de Maio na cidade de São Paulo será recorrente. Em todos os jornais, sempre se relatava que o Primeiro de Maio em São Paulo ocorreu na mais perfeita ordem.

Como era de se esperar, o jornal de esquerda *O Radical* foi o que mais festejou o Primeiro de Maio em 1935. Na sua capa aparecia uma manchete poética enaltecendo os trabalhadores e a data. Havia outra manchete, “*As comemorações do Primeiro de Maio*”, que divulgava na íntegra um comunicado emitido pela Comissão de Propaganda da ANL. Esta declarava apoio à unidade sindical e à nova campanha das associações trabalhistas no país, por meio do argumento de que a organização dos trabalhadores em sindicatos foi sempre

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Jornal *A Noite*, 1º de maio do ano de 1935.

uma das maiores “*aspirações*” da revolução. Além do apoio, o comunicado lançava um apelo a todos ‘revolucionários’ para que comparecessem às grandes manifestações do Primeiro de Maio, mas em manifestações devidamente autorizadas pelas autoridades; no teatro João Candido e na Esplanada do Castello, ambos no Rio de Janeiro. No comunicado, a ANL também protestava contra a polícia paulista que “*em ato arbitrário, ilegal e inconstitucional, proíbe as manifestações publicas do primeiro de maio*”⁸⁸. Além disto, a ANL lembra os nomes “*dos mártires nacionais*” que “*não derramaram seu sangue em vão*”, tais como Siqueira Campos, Joaquim Távora, Jansen de Mello.

O jornal *O Radical* indica que a esquerda, de alguma maneira, apoiava algumas das primeiras medidas varguistas, como a sindicalização dos trabalhadores. Possivelmente, tal atitude se explica pela aceitação que a Leis Trabalhistas tinham entre os trabalhadores e a popularidade ascendente de Vargas. *O Radical*, como foi visto acima, chegou a recomendar que os trabalhadores fossem comemorar o seu dia juntamente com o “*governo*”, na Esplanada do Castelo. Há uma indicação aí que certas parcelas da esquerda perceberiam que deveriam favorecer a aproximação, ao menos estratégica, com o governo.

Em 1935, o Primeiro de Maio já era uma festa oficial comemorada pelo governo varguista. No entanto, o único jornal que deu mais atenção a esta data foi um jornal esquerdista, *O Radical*.

Por outro lado, alguns jornais deram, no dia seguinte, algum espaço para informar o que havia ocorrido na festa. Por exemplo, o *Jornal do Brasil*, do

⁸⁸ Jornal *O Radical*, 1º de maio do ano de 1935.

dia 2 de maio de 1935, publicou uma reportagem, de quase meia página, descrevendo a festa na capital federal. Com o título, “*O Dia do Trabalho – As comemorações de ontem nesta capital e nos Estados*”, a reportagem trazia uma foto mostrando um grande número de pessoas reunidas na Esplanada do Castelo. Vários oradores se pronunciaram, inclusive um membro da ANL, “*concitando a união dos trabalhadores para a conquista completa de suas reivindicações*”⁸⁹. A reportagem faz questão de ressaltar que mesmo a polícia estando no local, não fora necessário seu serviço. O jornal *A Noite* publica, também no dia 2 de maio de 1935, uma reportagem no mesmo tom, com o título “*Na Esplanada do Castelo*”:

Transcorreu na maior ordem o comício operário de ontem, na esplanada do Castello, em comemoração ao ‘Dia do Trabalho’ (...) Os contingentes policiais destacados para o local escolhido para o ‘meeting’ não tiveram ocasião de agir, dada a boa ordem que reinou⁹⁰.

Em compensação, o jornal *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo* não noticiaram quase nada sobre como fora a comemoração do dia do trabalhador no Brasil. Apenas informaram como fora tranquilo a data em outros lugares do mundo como a União Soviética, a Alemanha e a Argentina. Sobre o Brasil, o jornal paulista somente afirma que o Primeiro de Maio na cidade de São Paulo ocorrera num clima de medo, mas sem a necessidade do uso de força policial:

⁸⁹ *Jornal do Brasil*, 2 de maio do ano de 1935, a matéria estava no meio do jornal.

⁹⁰ *Jornal O Radical*, 2 de maio do ano de 1935, a matéria estava no meio do jornal.

O comércio permaneceu com portas cerradas. Várias manifestações anunciadas ocorrerão em recintos fechados. Os bairros operários estão sendo discretamente patrulhados⁹¹.

Esta informação, significativamente, estava presente em quase todos os outros jornais. Neste mesmo dia *O Estado de São Paulo* apenas noticiou com duas matérias como fora comemorada a data no dia anterior. Numa manchete, pequena, chamada “*As comemorações do dia do trabalho*”, se limitava a noticiar o clima de calma nas comemorações desta data na capital federal. Na outra, intitulada “*Comemorações do Interior*”, apenas se descreve como foi tranqüila a passagem desta data nas cidades de Campinas e Santos.

O Primeiro de Maio de 1935, embora comemorado pelo governo, ainda não tinha uma organização e um direcionamento único. Pelos textos dos jornais, percebe-se que vários grupos discursaram na Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro. Até mesmo setores da oposição, como a ANL, tiveram voz naquele momento. O governo Vargas ainda não implantara um projeto centralizador e autoritário, como ocorre durante o Estado Novo.

Em 10 de novembro de 1937 o Estado Novo fora implantado por golpe de Estado, abolindo-se a constituição de 1934 e instituindo uma ditadura. Nesse ano, os jornais e o governo já dão bem mais importância ao Primeiro de Maio. Fica delineado, dessa maneira, o Primeiro de Maio como uma festa oficial do governo varguista.

No meio da edição do *Jornal do Brasil* de 1 de maio de 1937, portanto, anterior ao golpe que deu origem ao Estado Novo, havia um suplemento de uma página inteira louvando a classe trabalhadora e o dia do trabalho. O título

⁹¹ Jornal *O Estado de São Paulo*, 1º de maio do ano de 1935, a matéria estava no meio do jornal.

dessa página era “*Em Louvor e Glória do Trabalho*”, com o subtítulo “*Felizes são aqueles que fazem, da vida, um hino ao esforço humano*”. Esta matéria trazia um artigo que caracterizava o ato de trabalhar com um tipo de esforço humano que domina a natureza. Nela, também, aparecia a ilustração de uma enorme figura greco-romana, que representaria o trabalho. O que mais chama atenção é uma seção deste artigo com o subtítulo “*O Operariado Brasileiro*”, no qual se engrandece a postura do operariado brasileiro:

O operariado brasileiro desde cedo ganhou a consciência de si mesmo (...) Ele quase não se debateu em greves e crises estáveis, como o de outras nações, que longo tempo, hostilizaram a tudo e a todos, sem idéias certas e trabalhadas por agentes nefastos da solércia, da maldade e da anarquia (...) O operário brasileiro vê no seu patrão um superior hierárquico (...) uma expressão necessária à obra de grandeza comum, de felicidade geral (...) O Brasil aproveitou inteligentemente a dolorosa experiência alheia, para oferecer aos trabalhadores os benefícios e vantagens de uma assistência perfeita e completa⁹².

Em outras palavras, o operariado brasileiro seria pacífico e não perderia tempo com greves e disputas estéreis, como em outros países. Ao contrário, ele teria a consciência de si mesmo e, conseqüentemente, saberia qual era o seu lugar de direito, numa hierarquia que tem o patrão no topo da pirâmide.

Ainda na seqüência deste mesmo artigo, há uma outra seção, com o subtítulo, “*O operariado brasileiro e o comunismo*”, no qual se tece um crítica mordaz ao comunismo, tido com um inimigo da nação e dos bons costumes brasileiros:

A propaganda dos inimigos da ordem, da família, da sociedade e até de Deus dirigem suas baterias de reclame para as classes operárias(...) uma pavorosa reação de retrocesso(...) O trabalhador nacional compreendeu e bem que se se realizasse o nivelamento

⁹² *Jornal do Brasil*, 1º de maio do ano de 1937, a matéria estava no meio do jornal.

das classes, tal como quer a Rússia Vermelha, a revolução social nos reconduziria a um estado coletivo, homogêneo e amorfo(...).

Sobre o proletariado nacional, afirmava:

Muitos são proprietários; milhares possuem casas, pequenas é verdade, mas que lhes permitem uma vida tranqüila, calma, segura e feliz. Os grandes proprietários, por sua vez, não gozam de uma tranqüilidade completa; as suas responsabilidades obrigam-nos a permanecer a testa de seus negócios⁹³.

O texto retrata, portanto, que além do comunismo ser uma ameaça, não seria invejável a situação da população nos países que vivem sob esse sistema de produção. Ainda se afirma que os trabalhadores possuiriam uma condição digna, identificando até parcela deles como pequenos proprietários. E, mais interessante, o patrão é retratado quase como um sofredor, dadas suas responsabilidades à frente de sua empresa.

Por fim, este artigo termina enaltecendo o clima de ordem e harmonia, que rondaria as comemorações do Dia do Trabalho e, mesmo, às relações entre patrões e empregados, numa seção com o subtítulo: “Dia de Alegria e Fraternidade”:

É por causa dessa compreensão admirável entre patrões e operários, sob a égide da lei (...) Nada de greves, nada de ‘meetings’, nada de protestos e agitações... (...) E se o agente vermelho quer insinuar-lhe perversidades e perfídias, ele volta-lhe as costas com energia certa de que seu verdadeiro inimigo é aquele que vem perturbá-lo no seu trabalho e na sua tranqüilidade⁹⁴.

O artigo termina, assim, sugerindo que o trabalhador brasileiro estaria satisfeito com sua situação, não dando atenção às palavras do “agente vermelho”, já que seu trabalho lhe garantiria paz e tranqüilidade.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem

Já o jornal *O Radical* estampa, no dia 1 de maio de 1937, em suas páginas uma manchete, chamando a atenção dos trabalhadores para a data. Com o título, “*Primeiro de Maio*”, traz no seu corpo um texto combativo: “*com o trabalho honesto na luta aberta, sem trégua nem quartel, contra os vendilhões da Republica*”⁹⁵. Ou seja, manteve-se o tom combativo, característico deste jornal.

Os jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo* continuam a não dar muita importância para a data. Na edição de 1 de maio de 1937 do *Correio da Manhã*, não se tem nenhuma matéria que trate do Dia do Trabalhador. Por outro lado, ao longo do jornal aparecem várias matérias depreciativas sobre o regime soviético e a Revolução Russa. Também há uma reportagem, intitulada *O Pronunciamento do Presidente ao Poder Legislativo*, que insiste na harmonia na relação entre as classes:

A disciplina e coordenação dos interesses do trabalho e do capital constituíam tarefa de maior predominância (...) com bem evidência o ambiente de tranqüilidade em que foram resolvidos os dissídios entre empregados e empregadores⁹⁶.

Aliás, na edição deste dia do *O Estado de São Paulo*, o jornal, como de costume, foi bem crítico ao regime varguista. Sua manchete de capa trazia o título: “*O sr. Otavio Mangabeira critica na Câmara o discurso do presidente da república.*” Em entrevista, Otávio .Mangabeira reprova a política para as forças armadas do governo. Também censura a Vargas, em razão de no discurso proferido no Batalhão de Caçadores de Petrópolis não dizer nada sobre a sucessão presidencial:

⁹⁵ Jornal *O Radical*, 1º de maio do ano de 1937, matéria de primeira página.

⁹⁶ *Jornal do Brasil*, 1º de maio do ano de 1937, a matéria estava no meio do jornal.

num quartel de exército, a oficialidade formada em um ato de gentileza, o presidente da república visando de assuntos políticos, não lhe acode dizer uma palavra sobre a sucessão presidencial. Isso sem ‘e que seria oportuno para tranquilizar o país’⁹⁷.

Este tom crítico perpassa toda esta edição.

No ano do golpe do Estado Novo, a maior parte dos jornais continuava a dar pouca importância para as comemorações do Primeiro de Maio. Quase todos os jornais mantiveram uma posição de distanciamento da comemoração da data, mas também a crítica ao governo Vargas ocorreu de forma esparsa. Somente *O Jornal do Brasil* fez uma cobertura mais completa. Nela, adotou uma postura pró-governo e anticomunista.

No Primeiro de Maio de 1939, o DIP ainda não havia sido criado. Assim, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, fundado em 1934, ainda tinha a função de organizar e propagar as idéias do regime varguista.

Mas já vigorava o Estado Novo, sob a constituição autoritária de 1937. Assim, o Dia do Trabalho foi noticiado de forma mais uniforme em todos os jornais, tendo sido poucas as dissonâncias.

A cobertura do Primeiro de Maio foi manchete em todos eles. No jornal *O Estado de São Paulo* havia uma matéria de capa no dia 2 de maio de 1939, com o seguinte título: “*Comemorações do Dia do Trabalho na capital republicana*”, no qual se descrevia a festa ocorrida no dia anterior. Nela os sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, juntamente com o Ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, ouviram o pronunciamento de Vargas, chamado em todos os jornais de a “*Oração do Presidente*”.

⁹⁷ Jornal O Estado de São Paulo, 1º de maio do ano de 1937, a matéria estava no meio do jornal.

Os jornais *A Noite* e *O Jornal do Brasil* e *O Correio da Manhã* deram mais espaço para a divulgação da festa. Ou seja, em pouco tempo o regime estadonovista transformara o Primeiro de Maio em uma grande comemoração, com significativa participação popular. Getúlio Vargas aproveitara a data para se aproximar dos trabalhadores, e, mais do que isso, se mostrara solícito, lhes garantindo direitos.

O jornal *A Noite* realizou a cobertura mais completa da data. Sua manchete de capa, no dia 1 de maio de 1939, era: “*Criada a Justiça do Trabalho*”, com o subtítulo “*Instituídas também os refeitórios populares e as escolas de ofício nos estabelecimentos industriais – como falou aos trabalhadores do Brasil, na Festa de 1º de maio, O Presidente Getúlio Vargas – Os decretos de Estado – A Palavra do Ministro Waldemar Falcão*”⁹⁸.

Além disso, nesse mesmo jornal foi narrado o cerimonial da festa. Também foram ressaltados os discursos e o significado de se criar a “*Justiça do Trabalho*”. Houve a apresentação de um coro orfeônico, sob a regência de Vila Lobos, que cantara “*músicas cívicas*” como o Hino da Bandeira e o Hino Nacional. A festa, portanto, celebrava a pátria e o regime estadonovista.

Em matéria do dia 3 de maio de 1939, o *Jornal do Brasil* trouxe uma manchete bem parecida com a do jornal *A Noite*. Também com o título, “*Criada a Justiça do Trabalho e instituídos os refeitórios populares e as Escolas de aperfeiçoamento profissional*”, o subtítulo explicava: “*O imponente desfile comemorativo do Dia do Trabalho – cerca de 100 mil pessoas aclamaram o Sr. Presidente da República – A oração do Chefe de Governo*”⁹⁹. Além disso, no corpo da matéria, percebe-se o calor da festa “*Várias vezes S.ex. foi*

⁹⁸ Jornal “A Noite”, 1º de maio do ano de 1935.

⁹⁹ “Jornal do Brasil”, 3 de maio do ano de 1939.

interrompido, em seu discurso por prolongados aplausos (...) Viam-se também, por entre a massa, numerosas bandeiras nacionais. ¹⁰⁰” A festa foi no Palácio do Trabalho na Praça Paris, em meio a milhares dos trabalhadores.

Todos os jornais disponibilizaram no dia 1 de maio ou no dia seguinte o discurso de Valdemar Falcão, Ministro do Trabalho e a “*Oração do Presidente*”.

O Ministro Waldemar Falcão, em seu discurso, fez questão de destacar a união do povo brasileiro em torno da ordem instituída pelo próprio Getúlio Vargas. Além do mais, destacava como a “*massa*” se identificava com o Estado Novo:

Sr. presidente Getúlio Vargas (...) as manifestações da massa, o espírito de profunda identificação do Operariado Nacional com a obra renovadora do Estado Novo e com a ação vigilante, intrépida e patriótica de seu extraordinário chefe. Em todos os pontos do território brasileiro, numa homogênea reação de apelos ruidosos, enviaram-me os trabalhadores o mandato honroso que ora desempenho, para dizer de seus sentimentos de gratidão e de justiça, para com a Pátria e seu grande guia, neste dia festivo¹⁰¹.

O discurso mantém o tom nacionalista, além de criticar fortemente os “*extremismos*”, como os regimes totalitários, sobretudo o comunismo. O comunismo é apresentado como uma ameaça constante a ser combatida:

Ameaçado pelas inquietações da época contemporânea, o Brasil, conturbado pelas concepções delirantes dos extremismos alucinados, bem poderia ter sido presa da destruição irremediável. (...) O Marxismo obsoleto, impado de messianismo anacrônico, a se embasar de concepções cientificamente frágeis, que rumam por isso mesmo para a mística social da revolução e do ódio de classes (...) Na crise social por que passa o mundo contemporâneo, as formas político sociais dos governos totalitários procuram em balde empolgar a juventude¹⁰².

¹⁰⁰ Idem

¹⁰¹ Jornal *A Noite*, 1º de maio do ano de 1939, a matéria estava no meio do jornal.

¹⁰² Idem

O Brasil estaria a salvo graças à ação de Getúlio Vargas, que conseguira unir a nação em torno da ordem, num clima harmônico entre as classes:

Criaste assim para o Brasil, o clima salutar da união das classes, conjugando a todos, - patrões, operários – sob o mesmo signo luminoso da harmonia e do entendimento recíproco¹⁰³.

Pela ótica do ministro do Trabalho, o Brasil de fato viveria, sob o Estado Novo, uma Idade do Ouro. O país seria uma ilha de paz, com verdadeira justiça social. E, mais, tudo isso teria sido produzido sem guerras civis, num ambiente de profunda harmonia entre classes, graças à visão e competência de um homem: Getúlio Vargas.

Nos jornais também foi reproduzido o discurso de Vargas, que funcionava como ápice da Festa. Seu discurso tinha um palavreado mais palatável que de seu ministro. Mas a temática era a mesma, o país viveria unido em torno de um bem comum, diferentemente de outros países. O discurso começava com o bordão que se tornou a marca de Vargas, “*Trabalhadores do Brasil*”:

Trabalhadores do Brasil (...) Desde 1930, conservamos a mesma linha de ação, e, sempre que surgiram obstáculos e dificuldades, os trabalhadores manifestaram ao Governo Nacional, de modo inequívoco, a sua espontânea solidariedade, numa eficiente atitude de repulsa aos surtos de anarquia e aos golpes extremistas (...) Para atingirmos tais resultados, não dividimos brasileiros, não criamos castas, não cultivamos o ódio, não abrimos lutas, não tentamos nivelamentos destruidores do valor individual, oriundos de desvairadas utopias¹⁰⁴.

¹⁰³ Idem

¹⁰⁴ Jornal *A Noite*, 1º de maio do ano de 1939, a matéria estava no meio do jornal.

Vargas, em seu discurso, coloca 1930 como um marco. Naquele ano, se teria iniciado algo novo no Brasil, principalmente, no relacionamento entre o Estado e os trabalhadores, que passaram a serem ouvidos com justiça.

Em poucas palavras, o Primeiro de Maio de 1939 foi celebrado como uma grande festa nacional. Os trabalhadores estariam reunidos em volta do Presidente. Discursos e músicas seriam ouvidos e retransmitidos, pelo rádio, para todo o país. A festa, como foi indicado, era uma celebração do nacionalismo brasileiro e do Estado Novo, 1930 sendo apresentado como um marco na história do país. De maneira complementar, o comunismo aparece como um importante inimigo a ser combatido. Mas o principal é perceber como já havia toda uma celebração de um novo tipo de relacionamento entre os trabalhadores e o Estado. Vargas, por exemplo, escolhe inaugurar a Justiça do Trabalho no dia do trabalhador, como mais uma benesse que lhe dá.

Um artigo do *Jornal do Brasil*, significativamente intitulado “*O Milagre da Ordem*”, de autoria de Átila Soares, resume bem o clima da festa e dos discursos:

As metralhadoras substituem-se por granadas festivas; as greves de outrora sucedem-se passeatas cívicas, em que ombreiam patrões e empregados, nivelados todos na mais nítida compreensão das responsabilidades respectivas, o próprio povo em regozijo, patrulha orgulhoso a cidade (...)

Eis o Milagre da Ordem, realizado graças a atuação presidencial de um homem, que assumiu a direção do Brasil (...)

Getúlio Vargas – dizem-no mesmo seus raros adversários pessoais – foi instrumento com a Providência se dignou colocar seu dedo mágico sobre o Brasil, salvando-o da anarquia e do caos¹⁰⁵.

¹⁰⁵ *Jornal do Brasil*, 4 de maio do ano de 1939, a matéria estava no meio do jornal.

Isto é, o Estado Novo teria trazido a paz que o Brasil tanto necessitava, afastando qualquer possibilidade de conflito, graças à própria pessoa de Getúlio Vargas, um verdadeiro ungido da Providência para esta missão.

A cobertura do primeiro de maio de 1943 seguiu essa mesma linha. Contudo, as reportagens sobre a data foram ainda mais detalhadas, revelando ainda mais apreço pela festa organizada pelo governo. Todos os jornais fizeram a cobertura do evento, dando destaque para o pronunciamento de Vargas e de seu novo Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho.

O jornal *A Noite*, de 1 de Maio de 1943, trazia a seguinte manchete de capa, “*Para Frente! É a voz de comando da Nação Brasileira*”, com o subtítulo, “*Vargas: Quem não estiver conosco está contra nós. Com os homens de trabalho e com todas as forças vivas da nacionalidade sei que posso contar*”¹⁰⁶. O *Jornal do Brasil*, do dia 2 de maio de 1943, trazia uma manchete na mesma linha, com o título: “*O Governo não esquecerá os que se sacrificaram pelo Brasil*”, o que correspondia a um trecho do discurso de Vargas. Além disso, trazia uma foto da multidão de mais de 100 mil pessoas que acompanharam o comício na Esplanada do Castelo. O *Correio da Manhã*, desse mesmo dia, trazia reportagens no mesmo tom das demais. Além do mais, descrevia todo o cerimonial da festa, onde constava a execução, ao longo da tarde, de marchinhas pela banda da Polícia Militar, a chegada de Vargas, com a execução do Hino à Bandeira por esta mesma banda e o Coral do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Logo depois, havia uma saudação ao Presidente, em nome das classes trabalhadoras, realizada pelo ministro do Trabalho, seguido da execução do Hino da Independência. Por fim, Vargas fazia seu

¹⁰⁶ Jornal *A Noite*, 1º de maio do ano de 1943, a matéria estava no meio do jornal.

discurso e se executava o Hino Nacional. Ou seja, a maioria dos jornais noticiou da mesma forma o dia do trabalho, caracterizando-o como uma grande festa.

Alexandre Marcondes Filho, há pouco nomeado ministro do Trabalho, no seu discurso lembrava que naquele mesmo lugar, a Esplanada do Castelo, foram feitas promessas, em 1930, e que hoje *“os trabalhadores brasileiros quiseram renovar o tradicional encontro com V.Exa. Getúlio Vargas, onde hoje se levanta o Palácio do Trabalho, para renovar a declaração do seu reconhecimento, gratidão e confiança ao grande guia”*. Dizia que as promessas são agora realidade, cumpridas com vontade irredutível de Vargas. Termina afirmando que *“quem vem a Esplanada hoje são os trabalhadores, que trazem a promessa de estarem unidos na defesa das instituições, para a permanência dos benefícios que agora desfrutam”*¹⁰⁷.

Entretanto, o discurso de Vargas trazia um tom diferente do de Marcondes Filho. Ele começou valorizando o sistema de legislação trabalhista. Admitia, porém, que ainda existiam falhas, mas que delas *“o governo cuida ativamente”*. Destacava, neste sentido, a Lei Orgânica da Previdência Social e o Salário adicional para indústria. Citava o serviço de alimentação de previdência social criado para *“encerrar seriamente o problema da alimentação”*. Pedia que se aumentassem as inscrições nos sindicatos profissionais, reunindo todos os trabalhadores. Segundo Vargas, o agrupamento em sindicatos *“é um dever patriota e a forma de integração na organização do Estado”*. Sobre a guerra, defende que *“não devemos alimentar temores e receios quanto ao futuro. Sabemos que a guerra é uma escola de*

¹⁰⁷ *Jornal do Brasil*, 2 de maio do ano de 1943, a matéria estava no meio do jornal.

sacrifícios e para enfrentá-los não nos faltam coragem e tenacidade". Afirma também que em épocas de guerra os boatos, as intrigas e a calúnia são as máscaras freqüentes usadas "*pelos traidores*". Portanto, todos deveriam ficar alerta, comportando-se como "*bons brasileiros, empenhados na difícil tarefa de descobrir e reprimir as atividades dos inimigos da pátria*". Lembrou ainda que, há 10 dias, integralistas conspiraram e fracassaram na tentativa de assalto à residência do chefe de governo e no cerco aos lares de pessoas da administração militar e civil. Contudo, ressaltou principalmente as qualidades do trabalhador nacional, que seria o verdadeiro herói:

O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender e a executar com enorme facilidade, sabe ser também bom patriota. A essas disposições, o Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas ao contrário congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional (...) afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da Justiça Social¹⁰⁸.

O único jornal que apresentou uma cobertura diferente do evento foi *O Estado de São Paulo*. O diário paulista, sob intervenção, narrara a festa ocorrida no Rio e também a no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. A matéria destacava que

esta será a primeira vez, depois da entrada do Brasil na guerra, que trabalhadores de São Paulo se reunirão e prestarão homenagem a Getúlio Vargas, exemplo vivo da nossa unidade moral e espiritual em torno de um dirigente que, prestigiando as classes trabalhistas com salários e leis, encontrou por parte dessas classes o apoio irrestrito e incondicional de que o país precisava¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ Jornal *O Estado de São Paulo*, 1º de maio do ano de 1943, a matéria estava no meio do jornal.

A festa paulista contou com a participação de vários intelectuais da época, como Miguel Reale e Cesário Junior, ambos professores da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Eles valorizavam, nos seus discursos, a legislação trabalhista. Reale definiu o trabalho:

como toda atividade criadora de bens e de riquezas. Disse também que “a propriedade e o capital devem ser tutelados como condições da atividade criadora, e nos limites das exigências postas pela comunhão social, que é uma comunhão de trabalhadores do braço, do capital e da inteligência, cada qual nela exercendo uma função que é complementar a outra¹¹⁰.

Das festas analisadas até aqui, a do ano de 1943 parece ter sido a mais grandiosa. Getúlio Vargas e outros membros do governo até se desdobraram para estarem presentes tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. A cobertura da imprensa foi quase igual, não havendo grandes diferenças entre o que os jornais relataram. Havia um clima de louvação do Estado Novo e de Vargas, representado como um verdadeiro herói nacional, que conhecia as reais carências do povo brasileiro. Isso não quer dizer que não existisse oposição, ela aparecia no discurso do próprio presidente e de seus apoiadores, que não cansavam de reprimir e enfatizar o perigo das atividades de grupos extremistas, comunistas ou integralistas.

Já a comemoração do Primeiro de Maio em 1945 indicava como o Estado Novo já perdera muito de sua força. Significativamente, a maioria dos jornais não divulgara notícias sobre a festa oficial do governo. Alguns deles, ao contrário, publicaram longos artigos críticos à Vargas e a seu governo, o que indica uma certa distensão política. A maioria deles reproduzia uma entrevista de Eduardo Gomes, candidato da oposição.

¹¹⁰ Idem

O *Correio da Manhã* foi o jornal mais crítico ao Estado Novo. Tanto no dia 1 como no dia 2 de maio, não noticiaria quase nada a respeito do Dia do Trabalho. A atenção do jornal estava voltada, no dia 1 de maio, para os informes sobre a IIª Guerra e no atraso na realização de eleições no Brasil. Ressaltava a influência negativa de Vargas no pleito, que favoreceria a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra. O jornal também noticiara um evento a ser realizado pela União Socialista Popular, com o título “Outra Manifestação de 1º de Maio”. Neste artigo, aparecia uma crítica ao governo: “A reunião foi presidida pelo Sr. Azevedo Lima, que, ao abrir a sessão, salientou ser a primeira vez em quinze anos, que se comemorava o dia restaurando-lhe o cunho proletário, deformado por governos reacionários como o daqui, que dela se apoderou para tirar proveito em benefício próprio.” Além disso, a matéria trazia uma crítica à esquerda que se aproximara de Getúlio, como Luis Carlos Prestes, “crítica da esquerda que está fazendo o jogo da extrema direita”¹¹¹.

Neste mesmo jornal, no dia 2 de maio, não havia nenhuma reportagem sobre a festa do primeiro de maio.

O tom do *Jornal do Brasil* era parecido. Nele havia uma matéria, de quase meia página, chamada *Lacunas Constitucionais*, na qual se criticava fortemente a Constituição de 1937 por não criar um dispositivo institucional capaz de realizar a substituição do Presidente da República:

Os criadores da Carta estavam com os sentidos tão concentrados em proteger o exercício do poder, que se esqueceram de designar o substituto legal do Presidente.

Tal procedimento corresponderia a passar:

uma esponja nas tradições republicanas(...)

¹¹¹ Jornal *Correio da Manhã*, 1º de maio do ano de 1945, a matéria estava no meio do jornal.

Os que conceberam o plano anti-democrático, na pressa de cercar o poder de garantias excepcionais, foram até o cúmulo de conferir ao titular do Executivo o atributo de infalibilidade e invulnerabilidade (...) - A CONSTITUIÇÃO NÃO PREVIA QUE SUBSTITUISSE VARGAS. Durante os seus primeiros anos, o Brasil ficou defendido, contra as travessuras do acaso, pela própria sorte, que ficou, com toda Nação, com os seus movimentos regulados pela vontade dos autores do golpe de Estado de 1937. Durante seus anos, deram ordem para que a Fortuna não se manifestasse, e ela obediente esperou que se escoassem os seis anos e fosse, afinal, convocado o povo a falar sobre a obra de 10 de novembro¹¹².

Esse artigo reproduz o tipo de crítica predominante ao governo, que era acusado de centralista e antidemocrático. O artigo chegava a ser bastante irônico, já que, segundo ele, o Estado Novo teria dado uma ordem à “*Fortuna*” para que esperasse o final do regime sem acometer ao presidente de nenhuma intempérie fatal.

No restante dessa edição há um artigo que elogia e cumprimenta o trabalhador pelo seu dia, mas não se refere à obra do Estado Novo. Ao contrário, as leis sociais seriam produtos de um clima internacional que estivera presente na maioria dos outros países. O peso da realização da obra social recai sobre a Igreja e não sobre o Estado Novo:

As forças conservadoras entre as quais se alinha, em primeiro plano, a Igreja Católica, pela universalidade de seu prestígio e pela sua missão eminentemente civilizadora, estão dando ao problema dos trabalhadores a atenção que ele merece¹¹³.

No dia 3 de maio, o jornal discorria sobre a festa do dia do trabalho realizada pelo governo, na qual Vargas almoçou no Bandejão do Ministério do Trabalho em meio a trabalhadores. É interessante que seu discurso faz um ataque direto a oposição:

¹¹² *Jornal do Brasil*, 1º de maio do ano de 1945, a matéria estava no meio do jornal.

¹¹³ *Idem*

Trabalhadores do Brasil (...) A nossa Pátria, até bem pouco considerada país semi-colonial cresceu, prosperou, tornou-se uma nação capaz de influir na resolução dos magnos problemas mundiais (...) Em relação aos trabalhadores realizamos quanto foi prometido e mesmo muito mais. As promessas do candidato da Aliança Liberal e as afirmativas do discurso de posse do Chefe do Governo provisório, em 3 de novembro de 1930, foram ultrapassadas, pois conseguimos organizar o trabalho nacional seguindo os princípios cristãos da justiça social; sem abalos econômicos e políticos(...)

O trabalhador brasileiro possui, hoje, o seu código de direitos, a sua carta de emancipação econômica (...) Se desilusões sofri, não se originaram dos vossos atos; se traidores houve algumas vezes, não saíram das vossas fileiras. Por isso mesmo quero repetir o que disse noutra oportunidade: – Os trabalhadores nunca me decepcionaram¹¹⁴.

O discurso de Vargas indica a intenção de utilizar os avanços sociais, como a legislação trabalhista, ocorridos durante seu governo, como marco na história nacional. Ao mesmo tempo, procura enaltecer a si próprio, como se apropriando desses avanços. Aproveita também para atacar a oposição, por supostamente ter sido partidária de um liberalismo que abandonava o trabalhador a própria sorte:

A demagogia profissional e a agitação facciosa dos saudosistas do poder não conseguiram, apesar do destempero da linguagem e atitudes, impressionar a opinião pública, que não se ilude mais com processos do sensacionalismo jornalística, nem se mostra disposto a tolerar os excessos de licenciosidade política: O pronunciamento das urnas virá liquidar esses remanescentes de mentalidade retardada e do partidarismo provinciano¹¹⁵.

Por fim, Vargas elogia, sem pudores, o candidato do goveno, General Eurico Gaspar Dutra:

¹¹⁴ *Jornal do Brasil*, 1º de maio do ano de 1945, a matéria estava no meio do jornal.

¹¹⁵ *Idem*

A candidatura do General Eurico Gaspar Dutra, chefe militar com assinalados serviços à defesa nacional, merece a confiança da Nação e já reúne a maioria das suas forças políticas. Reconhecendo isso, os adversários se desvairam, manejando as armas da intriga e conspirando na sombra¹¹⁶.

O único jornal dos analisados que teceu elogios ao Estado Novo e ainda criticou seus adversários foi *A Noite*. Além disso, narrou o ocorrido na festa que, por sinal, teve um cerimonial bem parecido com a de 1943. A diferença foi ela ocorrer toda no estádio do Vasco da Gama, e ter havido desfiles de variados segmentos, como as tecelãs, os escoteiros filhos de trabalhadores e outros. Ao final, houve um jogo de futebol entre os trabalhadores. Luis Carlos Prestes também foi elogiado, em razão de, numa entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, afirmar que aceitaria o democraticamente o resultado das eleições, sendo ele qual for:

Mesmo no caso do General Dutra ser eleito por meio de fraude eleitoral, não teríamos o menor receio de apoiá-lo, marchando com ele para a conquista de uma verdadeira democracia no Brasil.

Com a perda do controle da imprensa, o Estado Novo se viu, em meio a um vigoroso e agressivo debate sobre os quinze anos do regime e de como seria seu processo de sucessão. À exceção de *A Noite*, abertamente governista, todos os demais jornais partiram para a crítica ao regime. Vargas, em seu discurso de Primeiro de Maio, insinuou que Eduardo Gomes seria um golpista, pois supostamente não iria aceitar o resultado das eleições caso ganhasse o candidato governista, Eurico Gaspar Dutra.

Sinal particular da decadência do Estado Novo é que, em 1945, no Primeiro de Maio, data que a imprensa costumava dar uma atenção especial,

¹¹⁶ Idem

não houve praticamente cobertura da festa. Com a retomada da liberdade de imprensa, os jornais demonstravam estar mais preocupados com o processo de sucessão.

O difícil é saber até que ponto o grosso de povo brasileiro estava preocupado com o que a imprensa escrita dizia. Apesar do clima hostil, a festa do Primeiro de Maio de 1945 havia sido um sucesso entre os trabalhadores. Além de tudo, Dutra venceu a eleição presidencial com certa tranquilidade...

Conclusão

A Revolução de 1930 reuniu em torno de si interpretações bem díspares. Poucos eventos da história nacional sofreram releituras tão constantes. Possivelmente, ela continuará a ser um problema em aberto durante muito tempo.

Na história, ao menos no senso comum, a Primeira República ficou com a pecha de elitista, artificial, em resumo, como uma forma de governo distante do grosso do povo brasileiro. A infeliz frase de um candidato à Presidência nesse período encerra uma época: *problema social é caso de polícia*. É sintomático, que até hoje esse período seja conhecido como Republica Velha, aditivo depreciativo surgido durante o Estado Novo. Quando se compara os dois, quase instintivamente, vem a imagem de um regime de coronéis, vivendo um falso liberalismo e, de outro lado, um governo pelo menos mais vigoroso, representado por Getúlio Vargas. Esta é também é a representação sugerida tanto na revista *Cultura Política* como nos discursos oficiais, em ocasiões como as comemorações do Primeiro de Maio.

O conceito de populismo abriu caminho para uma releitura dessa imagem positiva do regime estadonovista. É como se ele tivesse se tornado populista. A renovação, amplamente divulgada pela propaganda oficial do DIP, sofreu um processo de reinterpretação e foi acusada de manipular trabalhadores. E, em alguns casos, de afastá-los de seu destino, em direção ao socialismo. Mas o problema maior foi que ao se acusar o Estado de manipulador, conseqüentemente, acusava-se o trabalhador de manipulado. O Estado Novo passava-se a ser uma espécie de Leviatã-Trickster, um estado

forte mas trapaceiro. E os setores populares corresponderiam a uma platéia facilmente enganada.

Como conceito o populismo é dificilmente delimitado ou definido. No que se refere ao caso brasileiro, ele surgiu como uma forma de interpretar uma série de líderes políticos com forte apelo popular, o primeiro tendo sido o Presidente Vargas. Mas, as diferentes teorias, que lidaram com esse termo, tiveram o cuidado de associá-lo às condições estruturais da sociedade da época. Grosso modo, o Brasil estaria deixando de ser uma sociedade agrária para se tornar uma sociedade urbana. Nessa passagem, os migrantes vindos do campo, acostumados a um ambiente de mandonismo e clientelismo, não teriam a experiência democrática necessária para não serem manipulados por líderes populistas. O movimento operário, na sua maioria conduzido por imigrantes europeus, teria sua força dissolvida pela passividade do migrante rural.

Evidentemente, da teoria da modernização de Gino Germani à teoria do populismo de Weffort, existe nuances consideráveis, como foi mostrado no Cap.1. Mas a temática principal permanece: houve, a partir de 1930, um novo tipo de relacionamento entre o Estado e os Trabalhadores. E as diferentes interpretações sobre essa época sempre tentaram entender isso. Algumas dando um peso excessivo ao papel do Estado. Outras valorizando demasiadamente o papel de resistência da sociedade. Os dois extremos são igualmente perigosos, pois pegam apenas uma parte da realidade.

O livro de Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*, trabalho usado como eixo organizador da revisão bibliográfica realizada no cap.1, já apontava um caminho do “meio” entre esses extremos:

O que passa a contar agora é o cidadão que reivindica o cumprimento da lei, que reivindica ‘seus direitos’ de homem livre na relação de trabalho. E nós podemos perceber que, na relação política, a ‘doação’, e a dependência que ela implica, é apenas um dos lados do problema¹¹⁷.

Francisco Weffort, embora de forma bem *en passant*, já deixa transparecer que os direitos sociais, que foram doados pelo Estado, acabavam por capacitar o trabalhador a exigir o cumprimento da lei, passando a ter um papel mais ativo na relação Estado-Trabalhador. O problema é que essa análise deixou de lado grande parte da luta e das reivindicações dos trabalhadores, antes e durante os anos Vargas. O papel do Estado é realçado significativamente em relação ao dos trabalhadores.

As análises posteriores, principalmente de Edgar De Decca e de Ângela de Castro Gomes, foram mais atentas ao papel da classe trabalhadora. De Decca, por meio de sua história dos vencidos, destaca o papel importante dos movimentos de esquerda pré-1930. O autor, contudo, não explica o porquê do fracasso desses movimentos, uma vez que se eles eram tão organizados e coerentes com suas propostas, ou, simplesmente, por que ocorreu a Revolução de 1930? Ao contrário Ângela de Castro Gomes, em *Invenção do Trabalhismo*, indica como a Revolução de 1930 se apropria do discurso dos movimentos de esquerda, que reivindicavam o cumprimento das leis trabalhistas, que existem na legislação desde o Tratado de Versalhes de 1919, do qual o Brasil era signatário. Com isso, o Estado consegue a adesão da maioria dos trabalhadores, por meio da “doação” das leis trabalhistas e do uso de um aparato ideológico, que conseguia atingir diretamente o trabalhador.

¹¹⁷ Francisco WEFFORT, *op. cit.*, p.73.

Nesse sentido, negar que houve a manipulação, ou melhor, a tentativa de manipulação do Estado, é negar, no limite, que existiu o DIP e uma série de instituições, além de intelectuais que pensaram em como conseguir a adesão da classe trabalhadora. Mas o verbo manipulação possivelmente não é o melhor para entender instituições como o DIP. A manipulação sugere um agente ativo, agindo de má-fé e outro passivo, sendo enganado. O Estado Novo, como todo regime político, buscava, à seu modo, a adesão da sociedade, sobretudo dos setores populares.

Por outro lado, sempre houve movimentos de resistência ao regime. E isso está presente nas palavras do próprio Estado Novo que fazia questão de depreciar a democracia liberal, o comunismo e mesmo o integralismo. Essa foi uma preocupação constante do regime estadonovista, presente no discurso da revista oficial *Cultura Política* como nos discursos da festa do Primeiro de Maio. Tinha-se, portanto, ao menos latente, uma oposição ao Estado Novo.

A Revista *Cultura Política* era um espaço, onde intelectuais, nos limites impostos por esse regime, pensavam e elaboravam as principais idéias do Estado Novo. É razoável perceber como muito dessas idéias estavam também presentes nos discursos oficiais da festa do Primeiro de Maio, quando o regime se aproximava diretamente do trabalhador, quebrando uma rígida hierarquia social.

Mais do que isso, o Estado Novo criou toda um aparato institucional para se comunicar mais facilmente com a sociedade. Deve-se lembrar que demorou um bom tempo para as leis trabalhistas se efetivarem. Robert Levine mostra que era difícil conseguir a sonhada carteira de trabalho, os empresários

desenvolveram várias formas de burlar a lei¹¹⁸. Mas isso não invalida o fato dela ter sido criada para um setor bem esquecido da sociedade brasileira até então, os trabalhadores braçais. E, além disso, em torno dessas leis trabalhistas, houve a criação de todo um discurso do Estado em busca do apoio das classes populares. O Estado, possivelmente, pela primeira vez tentava falar diretamente com o trabalhador.

Para se ter uma idéia, a Primeira República não era tão distante dos problemas sociais brasileiros. A tentativa de vacinação, de Osvaldo Cruz, contra a varíola em 1904, foi uma medida que tentava melhorar de alguma maneira a saúde de população mais pobre. Mas a maneira como o Estado se impunha às classes populares gerou um estado de pânico, deflagrando a Revolta da Vacina. As lideranças da época não conseguiram explicar a importância dessa medida profilática para o grosso da população¹¹⁹.

O contrário ocorreu com o Estado Novo, que sempre teve a preocupação de se fazer entender pelo povo. Talvez tal comportamento tenha sido motivado pela percepção que necessitava buscar a adesão de setores da população aliados até então do processo político. Contudo, isso ocorre num momento de supressão de direitos políticos e civis. Era uma inclusão manca. Diferentemente dos países ocidentais, como EUA e Inglaterra, que trilharam o caminho do direito civil no séc.XVII, conquistando o direito político no séc.XIX e, somente no séc.XX os direitos sociais, tudo por meio de lutas e conquistas dos setores populares. O Brasil desobedece à essa lógica marshalliana, inicia seu processo de cidadania pelos direitos sociais doados por um Estado

¹¹⁸ Robert LEVINE, *op. cit.*, p.163-166.

¹¹⁹ Deve-se lembrar, contudo, que a chamada Revolta da Vacina, foi especialmente instigada pela oposição política da época como forma de se desestabilizar o governo, Sobre isso, ver: José Murilo de CARVALHO, *Cidadania no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003, p. 73-74.

Autoritário¹²⁰. Isso não quer dizer que a cidadania nesse país tenha um destino já decidido. Ela sempre conseguiu, mesmo em momentos de supressão de direitos, vicejar por meio da luta de setores populares.

Mas o Estado Novo e sua obra, a CLT, continuam a aparecer como algo a ser denegrido ou louvado. Mesmo hoje em um ambiente democrático, o apelo às classes populares, acaba por ser chamado de populista. Esse termo ainda tem muita força e permanecerá no debate acadêmico e na imprensa escrita, como algo a ser combatido e denegrido. Essa é indiscutivelmente uma das heranças da Era Vargas. Mas, por outro lado, todos os grupos políticos, seja de esquerda ou de direita, críticos tanto ao Estado Novo como à CLT, não tiveram como alterá-la substancialmente quando estiveram no poder.

¹²⁰ Segundo T.H. Marshall, nas democracias ocidentais como Inglaterra e EUA, a constituição dos direitos não foi somente um processo histórico mas lógico. Com a conquista da igualdade jurídica, advinda no séc.XVIII, com os direitos civis, fomentou-se a luta por maior participação política, com a conquista dos direitos políticos já no séc.XIX, e, conseqüentemente a conquista dos direitos sociais no séc.XX. Segundo J.M.Carvalho, o Brasil teria vivido um processo inverso, com a doação dos direitos sociais e a supressão dos direitos civis e políticos durante o Estado Novo. Ver. José Murilo de CARVALHO, *Cidadania no Brasil*, p. 11.

Bibliografia

ANDRADE, José Carlos Rosinski de. *O estruturalismo de Raúl Prebisch e a dependência na visão de Fernando Henrique Cardoso: uma contribuição à análise comparada*. Tese de mestrado FFLCH, USP, 2005.

BACZKO, Bronislaw, *Los Imaginários Sociales*. Bueno Aires: Nueva Visión, 1979.

BASTOS, Rugai Elide; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio (Orgs.). *Conversas com Sociólogos Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estados e Partidos Políticos no Brasil, (1945-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

CANDIDO, Antônio, *Literatura e Sociedade*, São Paulo: Editora Abril, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Propaganda Política e Controle dos Meios de Comunicação* In: PANDOLFI, Dulce(Org), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999, 169.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico*, 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARONE, Edgar. *Estado Novo*, São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

_____. *Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Cidadania no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.

CODATO, Adriano Nervo e JÚNIOR, Guandalini Walter. Artigo: *Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo* In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº32, 2003.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T.^a Quirós, 1979.

DE DECCA, Edgar. 1930 *O Silêncio dos Vencidos*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994.

DUTRA, Eliane, *O Ardil Totalitário: ou dupla face na construção do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (org). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Cultura Política*, Ano I, n. 5 de 1941.

_____. *Interpretações do Brasil: Aspectos da Formação Social Brasileira como Processos de Almagamento de Raças e Culturas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GERMANI, Gino. *Política e Sociedade numa época de transição*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

_____. *Sociologia da Modernização*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974.

GIRARDET, Raoul, *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

_____. *A política brasileira em busca da modernidade na fronteira entre o público e o privado*. In: *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A Construção do Homem Novo* In: OLIVEIRA, Lippi Lúcia, *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

LAUERHASS, Ludwig. *Getulio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus-Ed. Unicamp, 1996.

LENIN, V.I. *Programa Agrário*. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIPPI, Lúcia (Org). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. *Dezoito de Brumário*. São Paulo: Paz de Terra, 1997.

McCANN, Frank: Soldados da Pátria, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
MÓISES, José Álvaro. *Reflexões sobre os estudos do Populismo na América Latina*, (mimeo), 1973 Texto encontrado na Biblioteca da FFLCH/USP.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (orgs.). *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

ORTIZ Renato, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PIOZZI, Patrícia. *O ato livre*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 1983.

SCHWARTZ, Lília. *História da Vida Privada no Brasil*. SCHWARTZ, Lília (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001, v. 4.

VELLOSO, Pimenta Mônica, *Uma configuração do Campo Intelectual* In: OLIVEIRA, Lippi Lúcia, *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

VIANNA, Werneck Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Periódicos

ANDRADE, Almir, *Cultura Política*, Julho de 1941.

_____. *Cultura Política*, agosto de 1941.

FONTES, Lourival. *Cultura Política*, agosto de 1941.

PEIXOTO, Silvio. *Cultura Política*, maio de 1941.

SODRÈ, Werneck Nelson, *Cultura Política*, Junho de 1941.

_____. *Cultura Política*, Abril de 1941.

_____. *Cultura Política*, Maio de 1941.

_____. *Cultura Política*, Setembro de 1941.

_____. *Cultura Política*, janeiro de 1942.

_____. *Cultura Política*, Setembro de 1943.

VARGAS, Getúlio, *Cultura Política*, agosto de 1942.

Jornais

Jornal do Brasil (1935,1937, 1939,1943,1945) – datas 1º, 2º e 3º de maio para todos esses anos.

Jornal O Estado de São Paulo (1935,1937, 1939,1943,1945) – datas 1º, 2º e 3º de maio para todos os anos.

Jornal Correio da Manhã (1935,1937, 1939,1943,1945) – datas 1º, 2º e 3º de maio para todos os anos.

Jornal A Noite (1935,1937, 1939,1943,1945) – datas 1º, 2º e 3º de maio para todos os anos.

Jornal O Radical (1935,1937, 1938) – datas 1º, 2º e 3º de maio para todos os anos.